



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXIX Nº 001 TERÇA-FEIRA, 4 DE FEVEREIRO DE 2014



BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Deputado Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Deputado Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretária

Senadora Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Deputado Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)

Mesa do Senado Federal

Presidente

Renan Calheiros (PMDB/AL)

1º Vice-Presidente

Jorge Viana (PT/AC)

2º Vice-Presidente

Romero Jucá (PMDB/RR)

1º Secretário

Flexa Ribeiro (PSDB/PA)

2ª Secretária

Angela Portela (PT/RR)

3º Secretário

Ciro Nogueira (PP/PI)

4º Secretário

João Vicente Claudino (PTB/PI)

Suplentes de Secretário

1º - Magno Malta (PR/ES)

2º - Jayme Campos (DEM/MT)

3º - João Durval (PDT/BA)

4º - Casildo Maldaner (PMDB/SC)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente

Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN)

1º Vice-Presidente

Andre Vargas (PT/PR)

2º Vice-Presidente

Fábio Faria (PSD/RN)

1º Secretário

Marcio Bittar (PSDB/AC)

2º Secretário

Simão Sessim (PP/RJ)

3º Secretário

Maurício Quintella Lessa (PR/AL)

4º Secretário

Biffi (PT/MS)

Suplentes de Secretário

1º - Gonzaga Patriota (PSB/PE)

2º - Wolney Queiroz (PDT/PE)

3º - Vitor Penido (DEM/MG)

4º - Takayama (PSC/PR)

EXPEDIENTE

Antônio Helder Medeiros Rebouças

Diretor Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Claudia Lyra Nascimento

Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de
Plenários e de Elaboração de Diários

Zuleide Spinola Costa da Cunha

Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de
Debates Legislativos

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS

1.1 – RESOLUÇÕES

Nºs 1 e 2/2014	4
----------------------	---

2 – ATA DA 1ª SESSÃO, CONJUNTA (SOLENE), EM 3 DE FEVEREIRO DE 2014

2.1 – ABERTURA.....	13
---------------------	----

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à instalação dos trabalhos legislativos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura	13
---	----

2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro pela Banda de Música da Base Aérea de Brasília.....	13
---	-----------

2.2.2 – Leitura de Mensagem da Presidente da República (Senador João Vicente Claudino, 4º Secretário).....	13
---	-----------

2.2.3 – Fala do Presidente do Supremo Tribunal Federal (Ministro Joaquim Barbosa).....	22
---	-----------

2.2.4 – Fala do Presidente da Câmara dos Deputados (Deputado Henrique Eduardo Alves).....	22
--	-----------

2.2.5 – Fala do Presidente do Congresso Nacional (Senador Renan Calheiros).....	24
--	-----------

2.3 – ENCERRAMENTO.....	27
-------------------------	----

CONGRESSO NACIONAL

3 – COMISSÕES MISTAS

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006)	28
--	----

CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	34
---	----

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	36
--	----

CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	37
---	----

Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Resolução nº 2/2014).....	38
---	----

Comissões Mistas Especiais.....	39
---------------------------------	----

4 – CONSELHOS E ÓRGÃO

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972)	43
--	----

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991)	44
--	----

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/ 2011).....	48
--	----

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2014 – CN

Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

O Congresso Nacional resolve:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Art. 2º Fica criada a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 3º Compete à Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, entre outras atribuições:

- I – diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência;
- II – apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres;
- III – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- IV – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- V – promover o intercâmbio com entidades internacionais com vistas ao conhecimento de legislações, políticas e ações pertinentes ao objeto da Comissão.

Art. 4º O exame das proposições emanadas da Comissão se iniciará pela Câmara dos Deputados.

CAPÍTULO III

Da Composição

Art. 5º A Comissão compõe-se de 37 (trinta e sete) membros titulares, sendo 27 (vinte e sete) Deputados Federais e 10 (dez) Senadores, com igual número de suplentes, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária, nos termos regimentais.

Art. 6º Estabelecidas as representações previstas no art. 5º, os líderes indicarão aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, até o décimo dia após a publicação desta Resolução, os nomes que integrarão a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Art. 7º O mandato dos membros designados para a Comissão será de dois anos.

CAPÍTULO IV

Dos Trabalhos

Art. 8º Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, uma única secretaria para prestar apoio à Comissão, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado dentre os servidores das duas Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 9º Instalada a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher, seu funcionamento dar-se-á por três legislaturas completas seguidas (55ª, 56ª e 57ª legislaturas).

Parágrafo único. Durante a 57ª Legislatura será avaliada a conveniência do prosseguimento dos trabalhos da Comissão.

Art. 10. As reuniões da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher serão públicas e nos seus trabalhos aplicar-se-ão, no que couber, as disposições dos Regimentos das Casas do Congresso Nacional relativas ao funcionamento das Comissões Permanentes.

CAPÍTULO V

Disposições Transitórias

Art. 11. A instalação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher ocorrerá até o décimo dia após a publicação desta Resolução.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 16 de janeiro de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 2014 -CN**Dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências.**

O Congresso Nacional resolve:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sua composição, organização e competências, em conformidade com os Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e sobre a tramitação das matérias de interesse da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no Congresso Nacional.

Art. 2º É criada a Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP).

CAPÍTULO II

Da Competência

Art. 3º Compete à Comissão Mista, entre outras atribuições:

- I – apreciar e emitir parecer aos tratados, acordos, atos internacionais e a todas as matérias de interesse da CPLP que venham a ser submetidos ao Congresso Nacional;
- II – discutir todos os assuntos concernentes à CPLP e às relações bilaterais do Brasil com os Estados membros da CPLP;
- III – emitir relatório circunstanciado sobre as informações encaminhadas ao Congresso Nacional pela AP-CPLP ou por qualquer outro órgão da CPLP;
- IV – examinar anteprojeto de normas encaminhados pela AP-CPLP;
- V – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- VI – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- VII – participar de projetos resultantes de acordos de cooperação ou convênios com organismos internacionais celebrados pela AP-CPLP ou por qualquer órgão da CPLP;
- VIII – receber e encaminhar à AP-CPLP ou a outros órgãos da CPLP a correspondência que lhe for dirigida;
- IX – encaminhar, por meio da Mesa da Casa do Congresso Nacional a que pertence o primeiro subscritor do requerimento, pedidos escritos de informação a Ministro de Estado;
- X – convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado ou conceder-lhe audiência para expor assunto de relevância de seu ministério;
- XI – receber petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- XII – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;
- XIII – propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, elaborando o respectivo projeto de decreto legislativo;
- XIV – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover, em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários.

Parágrafo único. As atribuições contidas nos incisos IX e XIII do *caput* não excluem a iniciativa concorrente de Deputado ou de Senador.

Art. 4º No exame dos tratados, dos acordos, dos atos internacionais e das matérias de interesse da CPLP submetidos ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição Federal, observar-se-á o seguinte procedimento:

- I – a Comissão Mista examinará a matéria quanto ao mérito e oferecerá o respectivo projeto de decreto legislativo;
- II – a Comissão Mista devolverá a matéria à Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, que, após numerá-la, fará a distribuição, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;
- III – concluída sua apreciação pelas comissões permanentes, a matéria irá à Mesa da Câmara dos Deputados, para inclusão na Ordem do Dia;
- IV – após a votação pela Câmara dos Deputados, o projeto será encaminhado ao Senado Federal, para apreciação das comissões permanentes e do plenário, nos termos do respectivo Regimento Interno.

Parágrafo único. Caso julgue necessário, ante a complexidade e a especificidade da matéria em exame, a Comissão Mista poderá solicitar o pronunciamento de outras comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que se manifestarão exclusivamente sobre o objeto da consulta.

CAPÍTULO III Da Composição

Art. 5º A Comissão Mista compõe-se de 6 (seis) membros titulares, sendo 4 (quatro) Deputados e 2 (dois) Senadores, com igual número de suplentes, respeitando-se o princípio de um terço de representatividade de um dos gêneros na titularidade e na suplência.

Parágrafo único. O Presidente da Mesa do Congresso Nacional designará, por ato, os membros da Comissão Mista, nos termos desta Resolução, e será considerado o Presidente do Parlamento, para efeito de participação brasileira na AP-CPLP, sendo seu substituto o 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Art. 6º A Mesa do Congresso Nacional fixará as representações dos partidos ou blocos parlamentares na Comissão Mista, observado, tanto quanto possível, o critério da proporcionalidade partidária.

Parágrafo único. A proporcionalidade partidária estabelecida na forma deste artigo prevalecerá por toda a legislatura.

Art. 7º Estabelecidas as representações previstas no art. 6º, os líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal indicarão ao Presidente do Congresso Nacional, até o décimo dia após a publicação do ato que fixar as representações dos partidos ou blocos parlamentares, os nomes que integrarão a Comissão Mista como titulares e suplentes.

Parágrafo único. Esgotado o prazo referido neste artigo, não havendo a indicação das lideranças, os Presidentes de cada Casa farão as respectivas designações.

Art. 8º Em caso de falecimento, renúncia, perda de mandato, afastamento ou impedimento permanente, o Deputado ou Senador, membro da Comissão Mista, será substituído na AP-CPLP.

Parágrafo único. O membro titular da Comissão Mista será substituído, em suas ausências:

- I – preferencialmente, pelo suplente do mesmo partido ou bloco parlamentar;
- II – pelo suplente da mesma Casa.

CAPÍTULO IV Dos Trabalhos

Art. 9º A Comissão Mista observará, no que couber, as disposições do Regimento Comum relativas ao funcionamento das comissões mistas do Congresso Nacional, inclusive no que diz respeito à eleição de seu Presidente e de seu Vice-Presidente.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos por seus pares, com mandato até 2 de fevereiro do ano subsequente à posse, vedada a reeleição.

Art. 10. As reuniões da Comissão Mista serão públicas, e a discussão e votação das matérias que lhe forem submetidas serão abertas, salvo deliberação em contrário da maioria dos presentes, a requerimento de qualquer de seus membros.

Art. 11. Cabe à Comissão Mista criar, no âmbito das respectivas competências, subcomissões permanentes ou temporárias, mediante proposta de qualquer de seus integrantes, aprovada pela maioria dos membros presentes.

Art. 12. A Comissão Mista representará o Congresso Nacional nas sessões ordinárias e extraordinárias da AP-CPLP, com registro obrigatório de presença dos membros participantes.

§ 1º O registro de presença dos membros da Comissão Mista nas reuniões da AP-CPLP terá efeito equivalente ao comparecimento às sessões deliberativas da respectiva Casa e do Congresso Nacional.

§ 2º A Secretaria da Comissão Mista comunicará previamente, às respectivas Mesas, a realização de reunião da AP-CPLP, bem como a frequência dos parlamentares, para os fins de registro a que se refere o § 1º.

§ 3º Os membros da Comissão Mista poderão participar, também, de comissões, grupos de trabalho e missões de observação internacional, nomeadamente missões eleitorais, constituídos pela AP-CPLP.

Art. 13. As despesas com deslocamento e as diárias para manutenção e hospedagem dos parlamentares e do corpo técnico que participem das atividades da AP-CPLP serão fixadas por cada Casa do Congresso Nacional.

Art. 14. Os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal instituirão, nos moldes dos órgãos de apoio às comissões técnicas, secretaria para prestar apoio à Comissão Mista, fornecendo, para tanto, pessoal recrutado entre os servidores de ambas as Casas e material necessário ao desenvolvimento de suas atividades.

Art. 15. A instalação da Comissão Mista ocorrerá até o décimo quinto dia após a publicação desta Resolução, impreterivelmente.

Art. 16. É confirmado o Estatuto da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, aprovado na sua reunião de instalação, ocorrida em São Tomé e Príncipe, em 28 de abril de 2009, cujo inteiro teor constitui Anexo a esta Resolução.

Art. 17. Revogam-se a Resolução nº 2, de 1998-CN, e a Resolução nº 1, de 2005-CN.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 16 de janeiro de 2014. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

ANEXO

ESTATUTO DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Nós, representantes democraticamente eleitos dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste: Conscientes das afinidades linguísticas e culturais existentes entre os nossos povos e da sua história comum de luta pela liberdade e democracia, contra todas as formas de dominação e discriminação política e racial; Desejosos de promover a sinergia resultante de tais afinidades bem como do fato de representarmos mais de duzentos milhões de pessoas distribuídos em quatro continentes, ao longo dos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico; Cientes de que a nossa ação concertada tenderá a favorecer o progresso democrático, econômico e social dos nossos países, fortalecer as nossas vozes no concerto das nações e assegurar melhor a defesa dos nossos interesses; Pretendendo contribuir para a causa da paz e da segurança mundiais;

Aprovamos o seguinte:

CAPÍTULO I (Disposições gerais)

Artigo 1º (Definição)

A Assembleia Parlamentar é o órgão da CPLP que reúne representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados das eleições legislativas dos respectivos países.

Artigo 2º (Sede)

A Assembleia Parlamentar tem a sua sede no país que presidir à Conferência dos Presidentes dos Parlamentos.

Artigo 3º (Objetivos)

São objetivos gerais da Assembleia Parlamentar da CPLP:

- a) Contribuir para a paz e para o fortalecimento da democracia e das suas instituições representativas;
- b) Contribuir para a boa governação e para a consolidação do Estado de direito;

- c)** Promover e defender os direitos humanos, nomeadamente o direito das crianças, adolescentes e idosos, a igualdade e equidade do gênero e combater todas as formas de xenofobia e racismo;
- d)** Examinar questões de interesse comum, tendo, designadamente, em vista a intensificação da cooperação cultural, educativa, econômica, científica e tecnológica ambiental e o combate a todas as formas de discriminação;
- e)** Combater todos os tipos ilícitos de tráfico;
- f)** Harmonizar os interesses e concertar posições, tendo em vista a sua promoção noutros fora parlamentares;
- g)** Promover a harmonização legislativa em matérias de interesse comum especialmente relevantes;
- h)** Acompanhar e estimular as atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- i)** Recomendar aos órgãos da Comunidade as possíveis linhas e parâmetros para a promoção das relações políticas, econômicas, científicas, ambientais e culturais;
- j)** Promover contactos e o intercâmbio de experiências entre os respectivos Parlamentos, Deputados e Funcionários;
- k)** Promover o intercâmbio de experiências, designadamente, nos domínios da legislação e do controlo da ação do executivo;
- l)** Organizar ações de cooperação e solidariedade entre os Parlamentos Nacionais dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Artigo 4º

(Redes de funcionamento)

A Assembleia Parlamentar da CPLP manterá em permanente funcionamento e em regime de livre acesso redes eletrônicas de comunicação, como espaços privilegiados para a cooperação interparlamentar.

CAPÍTULO II

(Dos órgãos)

Artigo 5º

(Órgãos da Assembleia Parlamentar)

São órgãos da Assembleia Parlamentar da CPLP:

- a)** O Presidente;
- b)** A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos;
- c)** O Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Artigo 6º

(Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP)

1. O Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP é eleito por um período de dois anos não renovável entre os Presidentes dos Parlamentos nacionais, com base numa rotatividade entre os países.

2. No decurso do mandato de um Presidente, a Assembleia Parlamentar reunirá um ano no país que tiver a presidência da CPLP, antes da respectiva Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, e, no outro ano, no país a que ele pertencer.

3. O Presidente da Assembleia Parlamentar tem assento nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Artigo 7º

(Competências do Presidente)

Compete ao Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP:

- a)** Representar, interna e externamente, a Assembleia Parlamentar da CPLP;
- b)** Convocar, presidir e dirigir os trabalhos da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos e da AP-CPLP;
- c)** Estabelecer o projeto da ordem do dia da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos, após consulta aos demais membros desta;
- d)** Dar conhecimento aos Presidentes dos Parlamentos Nacionais e aos respectivos Grupos Nacionais das mensagens, explicações, convites, propostas e sugestões que lhe sejam dirigidas;
- e)** Constituir grupos de trabalho e missões de observação internacional, nomeadamente missões eleitorais, bem como designar enviados especiais para relatar sobre assuntos específicos no âmbito

da Comunidade, mediante deliberação da Assembleia Parlamentar da CPLP ou da Conferência dos Presidentes.

Artigo 8º

(Conferência dos Presidentes dos Parlamentos)

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos reúne os Presidentes dos Parlamentos Nacionais.

Artigo 9º

(Reuniões da Conferência)

A Conferência reúne em sessão ordinária, uma vez por ano, e, em sessão extraordinária, por iniciativa do Presidente da Assembleia Parlamentar ou a requerimento da maioria simples dos seus membros.

Artigo 10

(Competências da Conferência)

Compete à Conferência:

- a)** Aprovar a sua ordem do dia;
- b)** Convocar e aprovar o projeto de ordem do dia da Assembleia Parlamentar;
- c)** Promover a aplicação das decisões da AP-CPLP;
- d)** Incentivar e apoiar a criação de grupos parlamentares de amizade;
- e)** Acompanhar e avaliar as ações de concertação e de cooperação da Assembleia Parlamentar;
- f)** Acompanhar e avaliar as ações de promoção e de defesa dos direitos humanos;
- g)** Informar os Parlamentos respectivos acerca das recomendações aprovadas pela Assembleia Parlamentar;
- h)** Promover a troca de informações, a compilação de fundos documentais e a realização de estudos de interesse comum;
- i)** Submeter à Assembleia Parlamentar o programa anual de atividades e o respectivo orçamento;
- j)** Submeter à Assembleia Parlamentar um relatório anual sobre as atividades levadas a cabo pela Assembleia Parlamentar da CPLP.

Artigo 11

(Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP)

O Plenário da Assembleia Parlamentar da CPLP é Constituído pelos Presidentes dos Parlamentos e pelos Grupos Nacionais.

Artigo 12

(Competências do Plenário da Assembleia Parlamentar)

1. Compete ao Plenário da AP-CPLP:

- a)** Apreciar todas as matérias relacionadas com a finalidade estatutária e a atividade da CPLP, dos seus órgãos e organismos;
- b)** Emitir parecer sobre as orientações, a política geral e as estratégias da CPLP;
- c)** Reunir-se, a fim de analisar e debater as respectivas atividades e programas, com o Presidente do Conselho de Ministros, o Secretário Executivo e o Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa – IILP e bem assim com os responsáveis por outros organismos equiparáveis que venham a ser criados no âmbito da Organização;
- d)** Adotar, no âmbito das suas competências e por deliberação que reúna a maioria expressa do conjunto das suas delegações, votos, relatórios, pareceres, propostas ou recomendações;
- e)** Aprovar a ordem do dia das suas reuniões;
- f)** Aprovar o seu Regimento e eleger os Secretários da Mesa;
- g)** Aprovar o programa anual de atividades e o respectivo orçamento;
- h)** Discutir e votar as alterações aos Estatutos da Assembleia Parlamentar da CPLP;
- i)** Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos e pelos Grupos Nacionais;
- j)** Definir as políticas e emitir as diretivas para a realização dos objetivos da Assembleia Parlamentar da CPLP;

- k)** Submeter propostas de ação aos órgãos da Comunidade;
- l)** Apreciar o relatório de atividades anual da Rede das Mulheres da Assembleia Parlamentar-CPLP;
- m)** Debater questões relativas à paz e ao aprofundamento da democracia e das suas instituições representativas bem como as que visem a promoção e a defesa dos direitos humanos, nos planos nacional e internacional;
- n)** Debater questões de interesse comum que visem a harmonização legislativa e o aprofundamento da concertação e da cooperação AP-CPLP;
- o)** Aprovar recomendações dirigidas aos respectivos Parlamentos e Governos sobre todas as matérias de interesse comum que se insiram no âmbito dos objetivos da AP-CPLP;
- p)** Receber e obter informação e documentação dos outros Órgãos da CPLP;
- q)** Exercer as demais competências previstas no presente Estatuto.

2. Os Estatutos e o Regimento da Assembleia Parlamentar são adotados mediante deliberação aprovada por consenso.

Artigo 13

(Mesa do Plenário da Assembleia Parlamentar)

1. A Mesa do Plenário da AP-CPLP é constituída pelo Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP, por dois vice-presidentes, o anterior presidente e o seguinte, e por dois secretários.

2. O Presidente da Mesa do Plenário da Assembleia Parlamentar é o Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP.

Artigo 14

(Reuniões do Plenário da AP-CPLP)

1. A AP-CPLP reúne-se ordinariamente, uma vez por ano, no país que no momento detiver a presidência da Assembleia Parlamentar da CPLP.

2. A AP-CPLP reúne extraordinariamente no país que para tal for escolhido pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos.

Artigo 15

(Deliberações)

As deliberações da AP-CPLP são tomadas por consenso, salvo para questões de funcionamento e de processo que requerem uma maioria absoluta dos membros presentes, assegurada a presença da maioria absoluta dos seus membros.

Artigo 16

(Grupos Nacionais)

1. Os Grupos Nacionais são criados por decisão dos Parlamentos Nacionais democraticamente eleitos.

2. Os Grupos Nacionais são constituídos por seis membros, no exercício efetivo das suas funções, devendo-se respeitar o princípio de um terço da representatividade de um dos gêneros.

Artigo 17

(Deveres dos Grupos Nacionais)

1. Os Grupos Nacionais e os respectivos membros devem aderir aos objetivos da Assembleia Parlamentar da CPLP e aos princípios orientadores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Os Grupos Nacionais têm o dever de promover e acompanhar todas as iniciativas e ações visando a concretização, ao nível dos respectivos parlamentos nacionais, das recomendações aprovadas pela AP-CPLP.

Artigo 18

(Rede de Mulheres Parlamentares)

A Rede de Mulheres da Assembleia Parlamentar da CPLP, abreviadamente designada RM-AP-CPLP, é um organismo da Assembleia Parlamentar, espaço de concertação e cooperação da AP-CPLP, que vela pelas questões de igualdade e equidade do gênero.

Artigo 19
(Reuniões)

1. A RM-AP-CPLP reúne-se ordinariamente, por convocatória da sua Presidente, por ocasião da realização da Assembleia Parlamentar da CPLP.
2. A RM-AP-CPLP pode, se necessário, realizar reuniões extraordinárias.

Artigo 20
(Competências)

Compete à Rede de Mulheres Parlamentares:

- a) Organizar a Conferência da Rede de Mulheres;
- b) Dar sequência às resoluções saídas da Conferência dos Presidentes da Assembleia Parlamentar da CPLP sobre questões relacionadas com o gênero;
- c) Defender e promover a igualdade e equidade do gênero na vida social, política e econômica no âmbito da CPLP;
- d) Estimular a formação e capacitação das mulheres parlamentares da CPLP;
- e) Encorajar as mulheres a adotarem comportamentos contra práticas que ponham em causa a saúde e integridade física;
- f) Incentivar a implementação de políticas públicas e de legislação que se destinem a combater a feminização da pobreza, as infeções sexualmente transmissíveis, designadamente o VIH/SIDA, com particular destaque para a educação dos jovens no âmbito da CPLP;
- g) Melhorar a participação e o papel das mulheres parlamentares em processo de prevenção de conflitos e em processos eleitorais.

CAPÍTULO III
(Das Receitas e Patrimônio)

Artigo 21
(Financiamento)

Cada Parlamento assume as despesas da sua própria representação.

Artigo 22
(Orçamento Anual)

A Conferência dos Presidentes aprova a proposta de Orçamento anual, nos termos da alínea g) do art. 12.

CAPÍTULO IV
(Dos Secretários-Gerais dos Parlamentos)

Artigo 23
(Secretários-Gerais dos Parlamentos)

Os Secretários-Gerais e/ou Diretores-gerais dos Parlamentos Nacionais cooperam em todas as atividades da Assembleia Parlamentar da CPLP, podendo participar, a título meramente consultivo, nas reuniões da AP-CPLP.

Artigo 24
(Secretariado e Núcleos de Apoio)

1. O Secretariado da Assembleia Parlamentar da CPLP tem sede no país que presidir à Conferência dos Presidentes dos Parlamentos.
2. As atividades do Secretariado da Assembleia Parlamentar da CPLP são dirigidas e coordenadas pelo Secretário-Geral do Parlamento que no momento detiver a presidência da Assembleia Parlamentar da CPLP.
3. As atividades de apoio, no âmbito de cada Parlamento Nacional, à Assembleia Parlamentar da CPLP, serão desenvolvidas sob a responsabilidade do respectivo Secretário-Geral.

Artigo 25
(Competência do Secretariado)

Compete ao Secretariado da Assembleia Parlamentar da CPLP:

- a)** Apoiar, em permanência, o Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP;
- b)** Assegurar a ligação com os Grupos Nacionais e os respectivos Núcleos de Apoio;
- c)** Preparar as reuniões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos e da Assembleia Parlamentar da CPLP;
- d)** Assegurar a execução das decisões da Assembleia Parlamentar da CPLP;
- e)** Preparar as propostas de programa e de orçamentos anuais;
- f)** Recolher e difundir as informações com interesse para as atividades da Assembleia Parlamentar da CPLP;
- g)** Organizar e conservar, em formato digital, os arquivos da Assembleia Parlamentar da CPLP.

CAPÍTULO V

(Das Disposições Finais e Transitórias)

Artigo 26

(Modificação do Estatuto)

1. As propostas de alteração ao presente Estatuto deverão ser subscritas por, pelo menos, três Grupos Nacionais e apresentadas à Conferência dos Presidentes dos Parlamentos.

2. A Conferência emitirá parecer fundamentado sobre todas as propostas que lhe forem apresentadas, no sentido de serem divulgadas e apresentadas, para votação, à Assembleia Parlamentar.

Artigo 27

(Entrada em vigor)

1. O presente Estatuto, aprovado pela I Reunião da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, é confirmado pelos Parlamentos Nacionais.

2. O mesmo entra em vigor com o depósito junto do Presidente da Assembleia Parlamentar da CPLP do quinto instrumento de confirmação.

S. Tomé, 28 de abril de 2009

Ata da 1ª Sessão Conjunta, Solene, em 3 de fevereiro de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Renan Calheiros.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 18 minutos e encerra-se às 18 horas e 12 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Declaro aberta a sessão solene, e instalados os trabalhos da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Compõem a Mesa do Congresso Nacional, juntamente comigo, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Exmo. Sr. Ministro Joaquim Barbosa; o Presidente da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Federal Henrique Eduardo Alves; o Ministro-Chefe de Estado da Casa Civil, Exmo. Sr. Aloizio Mercadante; o 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Deputado Andre Vargas; a 2ª Secretária do Congresso Nacional, Exma. Sra. Senadora Angela Portela; o 4º Secretário do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Senador João Vicente Claudino; o 2º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Simão Sessim; a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Exma. Sra. Ideli Salvatti; o Presidente do Tribunal de Contas da União, Exmo. Sr. Ministro Augusto Nardes.

Convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional pela Banda de Música da Base Aérea de Brasília.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Convido o Exmo. Sr. Ministro de Estado, Sr. Aloizio Mercadante, Chefe da Casa Civil da Presidência da República, portador da Mensagem da Sra. Presidenta da República, a fazer a entrega da mensagem de S.Exa. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega da Mensagem.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL.) – O Sr. 4º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Senador João Vicente Claudino, irá proceder à leitura da Mensagem da Exma. Sra. Presidenta da República.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB-PI.) – Sr. Presidente, passo a ler o seguinte:

“Senhoras e Senhores Parlamentares, é com elevada honra que, neste momento, cumpro o dever constitucional de dirigir-me ao Congresso Nacional para relatar os progressos realizados pelo meu governo e as perspectivas que estão postas ao País.

À honra devo acrescentar a satisfação, pois as informações que ora apresento demonstram as transformações e o dinamismo desse novo Brasil que estamos construindo juntos.

Mesmo num cenário internacional de grandes incertezas e desafios, o nosso País mantém a estabilidade, crescimento, emprego, renda e redução das desigualdades.

Manteremos, em 2014, uma gestão das contas públicas compatível com a continuidade da política de profundo compromisso com a responsabilidade fiscal, para o que contribuirá, entre outras medidas, o pacto que firmamos com as principais lideranças políticas do Congresso Nacional. É importante destacar que a necessidade de financiamento da previdência social caiu de 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009 para 1% em 2013; as despesas com pessoal, de 4,7% para 4,2% do PIB, no mesmo período. Esse esforço não seria concretizado sem a parceria do Congresso Nacional.

Esta é uma exigência para mantermos nosso inegociável e irredutível compromisso com o controle da inflação. Pelo décimo ano consecutivo, a inflação se situou dentro da banda de metas estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, o que denota a consistência da nossa política monetária. Reafirmo nossa determinação com medidas orientadas para a convergência da inflação para o centro da meta.

Vale destacar que a taxa de câmbio manteve-se em patamar adequado, e que dispomos de volumosas reservas internacionais, nada menos do que US\$ 376 bilhões, que nos dão a segurança para superar instabilidades que ainda marcam o comportamento da economia internacional.

O Brasil é, e continuará sendo, um dos mercados mais atraentes para o investidor externo. Isso está expresso no fato de que, em 2013, a entrada de investimento estrangeiro direto atingiu US\$ 64 bilhões. Para 2014, as novas concessões, os investimentos estruturantes em andamento, o desenvolvimento do campo de Libra e os grandes eventos são oportunidades extraordinárias que o Brasil oferece.

Neste novo Brasil, a responsabilidade com as contas públicas não está dissociada da responsabilidade social. Assim, continuamos a intensificar os esforços para construir uma ampla nova classe média e superar definitivamente a pobreza extrema, com programas como o Bolsa Família e o Brasil Sem Miséria, concretizando o sonho de gerações.

É digno de nota o fato de que a economia brasileira tem criado volumes expressivos de empregos, numa conjuntura de elevadas e persistentes taxas de desemprego nas economias mais desenvolvidas do mundo. Os rendimentos reais dos trabalhadores brasileiros continuam a aumentar e a exitosa política de incremento real do salário mínimo continua a elevar a renda dos setores mais desprotegidos do mercado de trabalho. Assim sendo, o Brasil de hoje enfrenta exitosamente a crise, sem o sacrifício de sua população, como ocorria no passado.

Estamos também enfrentando o desafio de dotar o Brasil de infraestrutura e logística proporcionais à sua grandeza e ao seu recente dinamismo. São centenas de bilhões de Reais investidos em portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, metrô, geração de energia e outros itens relevantes da nossa infraestrutura. Segue em ritmo avançado o Programa Minha Casa, Minha Vida, o maior programa de habitação popular já visto no País, complementado agora pelo Programa Minha Casa Melhor.

No campo da Saúde, o nosso bem sucedido esforço vem sendo o de dotar o Sistema Único de Saúde (SUS) da imprescindível base de um atendimento médico de qualidade para todos os brasileiros, recuperando sua missão e sua finalidade. Nesse sentido, o Programa Mais Médicos procura levar esse atendimento aos mais longínquos rincões do País e às camadas mais necessitadas da população.

No campo da Educação, estratégico para a competitividade do País e para nossa democracia, estamos intensificando os esforços para construir no Brasil uma autêntica sociedade do conhecimento e criar caminhos de oportunidades que conjuguem o esforço individual, o apoio das famílias e novas políticas de inclusão e melhoria da qualidade do ensino.

Implantamos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Tecnológico e Emprego (Pronatec), o maior programa de formação profissional da história do Brasil, e estamos ampliando cada vez mais o acesso ao ensino de nível superior, inclusive para jovens mais pobres, com o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O Programa Ciência sem Fronteiras, muito elogiado internacionalmente, vem permitindo a milhares de jovens universitários do Brasil o acesso às melhores universidades do mundo.

O desenvolvimento recente do Brasil, além de fiscalmente responsável, macroeconomicamente sólido e socialmente inclusivo, é, também, ambientalmente sustentável. Continuamos empenhados na redução substancial do desmatamento, especialmente na região amazônica. Vamos cumprir, antes do prazo estipulado, nosso compromisso de redução das nossas emissões de gases do efeito estufa, consolidando o Brasil como exemplo de país líder no desenvolvimento e no uso de energias renováveis.

O Brasil, que sempre foi muito bem acolhido em todas as competições esportivas, saberá agora aproveitar suas realizações e potencialidades para realizar uma grande Copa do Mundo, a Copa das Copas, demonstrando talento, eficiência e capacidade de fazer.

A consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), dos Brics e a presença destacada do Brasil nos organismos multilaterais demonstram que o País nunca esteve tão integrado ao seu entorno regional e ao cenário mundial. O Brasil é, cada vez mais, um grande protagonista internacional, que age de forma afirmativa e responsável, contribuindo para o equacionamento dos grandes problemas mundiais.

Tudo o que estamos fazendo, tudo o que estamos construindo não seria possível sem democracia. Essa democracia que aprendemos a valorizar e a amar cada vez mais. Nesse sentido, o Brasil também vem se destacando pela força de sua democracia e pela solidez de suas instituições republicanas. Vivemos um período de absoluta liberdade, independência e harmonia entre os Poderes, que combina o pleno desfrute de direitos civis e políticos com a afirmação crescente de direitos sociais e econômicos. Ao mesmo tempo, estamos investindo muito na transparência da nossa gestão pública e na eficiência das nossas instituições de controle, de forma a acabar com a chaga histórica da corrupção, algo que a sociedade não mais tolera. Senhoras e Senhores Congressistas, eu gostaria de dar ênfase a alguns aspectos fundamentais.

Um dos resultados socialmente mais importantes de 2013 foi a expansão do emprego, pois foram gerados, no ano passado, 1,1 milhão de novos postos de trabalho formais. Atingimos, com isso, um saldo de

4,5 milhões de empregos em meu governo, e uma taxa de desocupação de 4,3%, em dezembro, na média das seis regiões metropolitanas da Pesquisa Mensal de Emprego, a menor taxa de desemprego registrada na série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Seguindo os critérios definidos na política de valorização progressiva do salário mínimo, a partir de janeiro de 2014 este rendimento corresponde a R\$ 724, o que assegura um aumento de 70% no seu poder de compra em relação a 2003. Com o Plano Brasil Maior, aprofundamos os avanços de nossa política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior. As medidas de desoneração propiciaram às empresas, em 2013, deixar de recolher ao Estado, na forma de tributos, o equivalente a 1% do PIB. Entre essas medidas, vale destacar a política de desoneração da folha de pagamentos, que reduz os custos do trabalho para o empregador e preserva os empregos, salários e demais direitos dos trabalhadores, cujo alcance ampliamos progressivamente e que beneficiará 56 setores industriais e de serviços a partir de janeiro de 2014.

Persistimos oferecendo financiamento em condições favoráveis ao investimento produtivo. Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os setores industriais atingiram R\$ 31,4 bilhões em 2013 e as operações de financiamento à aquisição de bens de capital e equipamentos, por meio das linhas BNDES-Finame, R\$ 70,5 bilhões. O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) terá sequência em 2014, como parte de nossa estratégia de apoio ao investimento produtivo. Celebramos novas parcerias público-privadas no setor de fármacos, as quais já permitiram, desde 2011, iniciar a produção, no Brasil, de mais 78 medicamentos e vacinas, propiciando transferência de tecnologia, redução de gastos e maior garantia de suprimento, o que redundará em melhor atendimento à saúde. O Inovar-Auto já estimulou a vinda para o País de mais dez empresas internacionais, fabricantes de veículos leves e pesados, além de dezenas de novas empresas fornecedoras, resultando em R\$ 8,3 bilhões de investimentos em novas plantas.

Sempre é importante lembrar que, desde janeiro de 2013, o preço da energia elétrica foi reduzido para consumidores residenciais e industriais, por meio da renovação antecipada de concessões de geração e transmissão de energia elétrica e da redução de encargos setoriais.

Lançamos, em março, o Plano Inova Empresa, que mobilizará R\$ 32,9 bilhões, até 2014, para investimento em pesquisas e desenvolvimento tecnológicos. Com ele, integramos ações e instrumentos de apoio à inovação nas empresas e estamos agilizando o processo de análise e aprovação de projetos. Ressalte-se que, em 2014, a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) começará a atuar, coordenando as ações de laboratórios e institutos públicos de pesquisas voltados diretamente para a inovação tecnológica da indústria brasileira. Com isso, começaremos a reproduzir, na área industrial, o mesmo modelo exitoso que conseguimos criar, no setor agrícola, com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Mantivemos, em 2013, especial atenção ao segmento das micro e pequenas empresas. Foi criada a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), antiga reivindicação desse conjunto de empresas. A partir de 2014, com a implantação do Portal Empresa Simples, será oferecido a um público de cerca de 8,2 milhões de empresas, via Internet, um conjunto de serviços públicos que afetam diretamente, de forma positiva, a competitividade dos negócios sem burocracia e com segurança. Nosso propósito é reduzir o prazo para abertura de empresas no Brasil para o máximo de cinco dias.

O Crescer, nosso Programa de microcrédito produtivo orientado, também tem se mostrado importante instrumento de apoio aos microempreendedores. Até novembro de 2013 foram realizadas 7,8 milhões de operações de microcrédito pelo Crescer, mobilizando R\$ 10,4 bilhões em crédito para empreendedores individuais, micro e pequenas empresas de todo o Brasil.

Continuamos a avançar, em 2013, na construção de uma política ambiental consistente e eficiente. A taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal foi de 5.843 km², segunda menor taxa da história, e 79% menor que a registrada em 2004, quando iniciamos a política sistemática de controle do desflorestamento neste bioma.

Na safra 2013/2014 garantimos, mais uma vez, volumes expressivos para financiar a produção do agro-negócio e da agricultura familiar. Para o agronegócio, são R\$ 136 bilhões em crédito para custeio e investimento; para a agricultura familiar, são R\$ 21 bilhões – incluídos, neste total, os recursos emergenciais para o semiárido. Nos dois casos, também aprimoramos as medidas de garantia de preços e de seguro agrícola, para mitigar a incerteza típica da produção agropecuária e evitar comprometer o desempenho do setor, fundamental para a segurança alimentar dos brasileiros e para o desempenho exportador de nosso País. No ano que passou, fizemos uma reorganização nos critérios de seleção de terras para reforma agrária e de oferta dos serviços de públicos necessários para dar qualidade e sustentabilidade aos assentamentos. Sob essas novas bases, encerramos 2013 com 102 decretos de desapropriação de terras publicados, o que dá novo impulso ao processo de reforma agrária.

Lançamos o Plano Nacional de Armazenagem, para aumentar e modernizar a capacidade estática de armazenagem privada e pública. Para a rede pública federal, foram destinados R\$ 500 milhões, para a construção e reforma de armazéns. Para ampliar a capacidade estática de armazenagem privada em cerca de 65 milhões de toneladas, disponibilizamos R\$ 25 bilhões para investimentos ao longo de cinco anos, com taxas de juros e prazos de amortização muito favoráveis. Em apenas seis meses de vigência do Programa, foram aprovados financiamentos de R\$ 1,5 bilhão, demonstrando o interesse do setor produtivo pelo Plano.

Entre 2012 e 2013, a Assistência Técnica em Extensão Rural (Ater) atendeu a mais de 1 milhão de famílias na área rural. Para ampliar a escala dessa ação, criamos, em 2013, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que começará a operar no primeiro semestre de 2014. Com isso, o grande conhecimento tecnológico da Embrapa também poderá ser disponibilizado para os mais humildes de nossos agricultores.

Lançamos, pela primeira vez, um plano safra específico para o semiárido com o propósito de apoiar os agricultores na adoção de sistemas produtivos e técnicas mais adequados à convivência com as condições hídricas da região. São R\$ 7 bilhões para financiar 1,6 milhão de agricultores, de 1.133 Municípios do semiárido.

Demos continuidade, em 2013, às medidas para mitigar os impactos sobre a população e a produção econômica do semiárido provocados por uma das mais intensas secas das últimas décadas. Ao longo de cerca de dois anos de duração da atual seca, 1.499 Municípios tiveram situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal; em janeiro de 2014, 1.164 ainda estão nesta situação. Demos sequência à Operação Carro-pipa, sob a coordenação do Exército e, no início deste ano, 6.103 carros-pipa contratados pelo Governo Federal estavam atuando na região.

Temos também buscado ampliar a oferta e a capacidade de armazenamento de água na região. Com recursos federais, já foram recuperados 1.150 poços, e concluída a perfuração de 20 poços profundos, de um total de 24 previstos. Das 750 mil cisternas que previmos entregar até 2014, já havíamos implantado 480 mil até dezembro último, o que nos dá confiança de que cumprimos nossa meta.

Como prometido, continuamos e continuaremos pagando a Bolsa Estiagem e o Garantia Safra enquanto a seca durar. Em dezembro de 2013, 1,3 milhão de pequenos produtores receberam a Bolsa Estiagem e mais de 704 mil famílias receberam o Garantia Safra. Até aquele mês, já havíamos vendido 871 mil toneladas de milho a preço subsidiado para ajudar os produtores na alimentação dos animais e realizado 511 mil operações no âmbito da linha de crédito emergencial, mobilizando R\$ 3,45 bilhões.

Trata-se de um gigantesco e bem-sucedido esforço. Ao contrário do que acontecia até um passado recente, esta seca não produziu migrações em massa ou saques em busca de comida e água. Mobilizamos um aparato de proteção social que evitou sua transformação em calamidade social.

Em 2013 foi também possível a consolidação do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em 2012. Desde o início do Plano, foram investidos cerca de R\$ 160 milhões para melhorar a capacidade de alertas de desastres, assim como foram selecionados cerca de R\$ 11,5 bilhões para projetos e obras de prevenção, como contenção de encostas, drenagem e barragem, e cerca de 660 milhões de reais para apoio às localidades e às populações vítimas de desastres naturais.

Não poderia deixar de falar das máquinas que estamos doando para todos os Municípios do Brasil com menos de 50 mil habitantes. Entregamos, em 2013, 3.796 retroescavadeiras, 2.617 motoniveladoras, 1.357 caminhões-caçamba, 753 caminhões-pipa e 461 pás-carregadeiras, com investimento de R\$ 2,3 bilhões. Desde o início do Programa, foram entregues 10.259 equipamentos e, em 2014, entregaremos outros 7.800. Os processos de licitação, que previram margem de preferência para a indústria nacional, foram concluídos e todos os contratos com os fornecedores (100% com fábricas no Brasil) já foram efetivados. Também com o propósito de apoiar e fortalecer os Municípios, decidimos garantir-lhes um auxílio financeiro adicional de R\$ 3 bilhões, pago em duas parcelas, uma em setembro de 2013 e outra em abril de 2014. A distribuição destes recursos é feita de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No ano passado, o Programa Bolsa Família comemorou dez anos de uma trajetória bem-sucedida, consolidando-se como o maior programa de transferência de renda do mundo e a grande referência internacional em programas desta natureza. Graças ao Bolsa Família, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza, sendo 22 milhões em função da complementação de renda até o mínimo de R\$ 70 per capita implementada com o Plano Brasil sem Miséria.

O grande desafio de 2014 é o de localizar e incluir, no Cadastro Único, no Bolsa Família e em outros programas, as famílias extremamente pobres ainda não localizadas pela estratégia de busca ativa. Estima-se que 500 mil famílias ainda devam ser identificadas e inscritas no Cadastro. Estamos dando o último e fundamental passo para transformar o Brasil em um país livre da pobreza extrema.

Mas não estamos cuidando apenas da ampliação da porta de entrada do Programa, estamos também investindo na geração de oportunidades de transformação da vida de milhões de brasileiros e brasileiras que recebem o Bolsa Família, com iniciativas para a inclusão produtiva e a qualificação profissional dos seus beneficiários.

As ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano Brasil sem Miséria têm propiciado excelentes resultados. Em 2013, os serviços de assistência técnica alcançaram 259.800 agricultores familiares em situação de extrema pobreza, inclusive povos e comunidades tradicionais, superando a meta inicialmente prevista no Plano.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec/BSM) já gerou oportunidade de qualificação profissional para 842 mil brasileiros e brasileiras. Em 2014, serão oferecidas mais 763 mil vagas do Pronatec/BSM para o público do cadastro único, ampliando a meta originalmente prevista de um milhão de vagas, em virtude da grande demanda existente.

Daremos sequência, em 2014, às políticas de proteção social que nos permitiram avançar de forma célere em direção à superação da extrema pobreza. Manteremos também a prioridade para a expansão do acesso e o aumento da qualidade da educação no Brasil, política fundamental para a sustentabilidade de longo prazo do processo de transformação social em que vivemos e para o aumento de produtividade da economia brasileira.

Em relação às creches, desde 2011 já foram concluídas cerca de 1.300 unidades e outras 3.100 estavam em construção no final de 2013. Da meta de 6 mil a serem contratadas em todo o Brasil até o final de 2014, mais de 5 mil já estavam contratadas com Municípios e o Distrito Federal. Com a adoção de novo modelo construtivo, o processo de construção de novas creches deve ficar mais ágil – o prazo deve diminuir de até 18 meses para 6 meses – o que nos dá a certeza de que cumprimos a meta.

Em 2013, crianças e adolescentes de 49 mil escolas públicas de todo o Brasil recebiam educação em tempo integral. Deste total de escolas, 32 mil têm mais de 50% dos alunos vindos de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Em 2014, queremos chegar a 60 mil escolas com ensino de tempo integral.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa já conta com a adesão de todos os Estados e do Distrito Federal e 5.420 Municípios para a formação de mais de 333 mil orientadores de estudos e professores alfabetizadores. Em 2013, concedemos R\$ 666 milhões em bolsas de formação.

Em pouco mais de dois anos de implementação, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) beneficiou mais de 5,5 milhões de brasileiros com cursos técnicos e de qualificação profissional. São 864 tipos de cursos, dos quais 220 cursos técnicos e 644 cursos de formação inicial e continuada, oferecidos por escolas técnicas federais e estaduais e, principalmente, pelas escolas do Sistema S. É uma parceria extremamente bem-sucedida com o setor privado. Temos certeza de que atingiremos, em 2014, a meta prevista para o Pronatec de atender a oito milhões de jovens e adultos com formação profissional de qualidade.

A expansão da rede federal de educação manteve seu ritmo. Em 2013, 40 escolas técnicas federais de 18 Estados iniciaram suas atividades, elevando para 116 o total de novas unidades em funcionamento desde 2011. No caso dos campi universitários, 17 novos já haviam iniciado suas atividades até o ano passado, de um total de 47 novos campi previstos até o final de 2014.

Em 2013, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi fortalecido como procedimento de seleção nacional e republicano. Cerca de 5,04 milhões de estudantes fizeram o Exame, um aumento de 20% em relação ao número de participantes em 2012. Neste início de 2014, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) também se consolidou como mecanismo nacional de acesso às universidades públicas, e contou com a participação de 115 instituições e a oferta de 171.400 vagas.

Por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni), foram concedidas 177 mil bolsas em 2013, alcançando a marca de 1,27 milhão de estudantes atendidos. Para 2014, está prevista a oferta de 250 mil novas bolsas de estudo. Por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), mais de 556 mil financiamentos foram concedidos em 2013. Para 2014, a meta é oferecer financiamento a mais de 400 mil alunos. A Lei de Cotas entrou em vigor em 2013 e as universidades federais e institutos federais já superaram os mínimos previstos na legislação para o período. Do total de 141.953 vagas ofertadas nas universidades federais, 46.137 foram para estudantes cotistas, totalizando 32,5% de todas as vagas oferecidas. Nos institutos federais, este índice foi de 45,4%. As cotas oferecem oportunidades que an-

tes eram negadas a estudantes de escolas públicas, pobres, afrodescendentes e indígenas. Elas são essenciais para a superação das nossas injustiças históricas e para o combate à discriminação racial. Desde seu início, em 2011, até o final de 2013 foram concedidas mais de 60 mil bolsas pelo Programa Ciência sem Fronteiras, em cerca de 30 países. A maior parte (29%) dos bolsistas teve como destino os Estados Unidos, seguido por Reino Unido, Canadá e França, priorizando-se as áreas de engenharia, as áreas tecnológicas e as de saúde. Em 2014, será iniciada a concessão de uma nova modalidade de bolsa, para realizar mestrado profissional em universidades no exterior.

A histórica decisão de destinar 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social gerado pelo excedente em óleo do pré-sal para a educação permitirá ao Brasil investir ainda mais na área de educação, acelerando sua entrada na economia do conhecimento. O Congresso Nacional se sensibilizou com as demandas da população em favor de mais educação de qualidade e aprovou a legislação que propusemos como uma das respostas às manifestações de junho. Estou certa de que, já nos próximos anos, transformaremos o recurso finito do petróleo em educação, riqueza perene de nossa Nação.

Outra resposta às demandas da população nas manifestações de junho também está em curso e com sucesso: o Mais Médicos. Com o propósito de diminuir a carência de médicos nas periferias de nossas grandes cidades, no interior do Brasil e nas regiões Norte e Nordeste, o Programa já colocou 6.676 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade, com supervisão e tutoria, beneficiando mais de 23,8 milhões de brasileiros. Em 2014, vamos alcançar, ainda no primeiro semestre, o total de 13 mil médicos em atuação por todo o Brasil no âmbito do Programa, atendendo a 45,5 milhões de pessoas.

Estamos também investindo na expansão e melhoria da rede de atendimento básico, em especial nos postos de saúde. Em 2013, foram habilitadas 5.438 propostas de construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) em 2.625 Municípios, 2.808 de ampliação em 1.351 Municípios e 2.851 de reforma em 1.323 Municípios. Para 2014, está prevista a inauguração de mais 1.500 novos postos de saúde. Estamos também ampliando a rede de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) pelo Brasil. São 296 em funcionamento e chegaremos a 500 até o final de 2014.

O ano de 2013 apresentou grandes resultados para a necessária expansão e modernização da infraestrutura brasileira.

Fizemos em 2013 cinco leilões de rodovias, com a transferência de 4.247 km de rodovias para a gestão privada. Em todos, os deságios sobre as tarifas de referência foram elevados, demonstrando a grande atratividade desses investimentos. Em 2014, temos mais um leilão de rodovia planejado e continuaremos identificando, em nossa extensa malha rodoviária, outros trechos que possam ser transferidos para a iniciativa privada.

O novo modelo de concessão de ferrovias está pronto, após intenso diálogo com o setor privado e com os órgãos de controle. Vamos colocá-lo em implementação a partir de 2014, com o leilão do trecho entre Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, e Campinorte, Goiás. Os demais trechos previstos no Programa de Investimento em Logística serão analisados para definir como avançar no processo de concessão.

Adotamos, em 2013, um novo marco regulatório para o sistema portuário brasileiro. Nos primeiros seis meses de vigência da nova legislação foram aprovadas autorizações para instalação ou ampliação de nove Terminais de Uso Privado (TUPs), que investirão cerca de R\$ 6,3 bilhões. Há outros 54 pedidos de autorizações de TUPs em análise, que deverão ser concluídos em 2014, quando também iniciaremos os arrendamentos em portos públicos.

Retomamos, em 2013, as licitações de petróleo e gás. Foram duas licitações na modalidade de concessão, nas quais foram oferecidos mais de 500 blocos exploratórios, em várias bacias sedimentares do País. Empresas de 11 países, além do Brasil, participaram desses leilões e pagaram um bônus de assinatura de R\$ 2,65 bilhões.

Realizamos, com extraordinário sucesso, a primeira licitação do modelo de partilha, com o megacampo de Libra na camada de Pré-sal. O leilão foi vencido por um forte e eficiente consórcio, com a participação da Petrobras e de outras quatro das maiores empresas petrolíferas mundiais. Libra possui reservas estimadas entre oito e 12 bilhões de barris de petróleo de excelente qualidade, e sua exploração terá imensos efeitos sobre a cadeia produtiva de petróleo e gás no Brasil, além de contribuir para fazer do País um exportador de petróleo.

Fizemos, em 2013, quatro leilões de geração de energia, que acrescentaram 7.145 Megawatts (MW) à capacidade instalada, e quatro leilões de transmissão, agregando 8.134 km à rede de circuitos básicos no País. Mantivemos, assim, nossa política de planejar e contratar, com antecedência, a expansão do sistema, para propiciar, às empresas e consumidores, segurança na oferta. Entre 2011 e 2013 já ampliamos em 14.690 MW a capacidade de geração e em 16.122 km a rede de circuitos básicos no País.

O Programa Luz para Todos também comemorou, em 2013, dez anos de existência, tendo beneficiado, neste período, cerca de 15 milhões de brasileiros do meio rural, com mais de três milhões de ligações de energia elétrica. Em 2014, o Luz para Todos deve executar 261 mil novas ligações e proporcionar acesso à eletricidade a mais de 1,18 milhão de moradores rurais.

No setor aeroportuário, Galeão e Confins foram concedidos à iniciativa privada, com a previsão de investimentos iniciais de R\$ 9,2 bilhões até 2016. A disputa nos leilões foi intensa, e os consórcios vencedores contam com a participação de dois dos maiores operadores aeroportuários do mundo. Com essas concessões, seis aeroportos de grande porte estão sob gestão da iniciativa privada, o que deverá acelerar o processo de expansão e modernização de nossa malha aeroportuária para atender à crescente demanda de passageiros.

Os frutos dos investimentos públicos feitos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também são expressivos. Nos últimos três anos, agregamos cerca de 2,6 mil km à malha rodoviária federal e 260 km da Ferronorte no trecho entre Alto Araguaia e Rondonópolis, no Mato Grosso. Temos R\$ 84 bilhões de investimentos em saneamento básico em execução, para ampliar os índices de cobertura de água e esgoto em todas as regiões do Brasil.

O Minha Casa Minha Vida alcançou, em 2013, a marca de 2,24 milhões de moradias contratadas somente em meu governo, e de 1,53 milhão de moradias entregues desde 2011. Até o final de 2014, vamos atingir a meta de contratar a construção de 2,75 milhões de moradias, realizando o sonho da casa própria para milhões de famílias que, sem o apoio do Programa, dificilmente conseguiriam conquistar sua moradia. Desde junho, as famílias que conquistam sua moradia pelo Programa Minha Casa, Minha Vida passaram a contar também com o Minha Casa Melhor, uma linha de crédito especial de até R\$ 5 mil, juros de 5% a.a. e prazo de pagamento de 48 meses, para aquisição de móveis e eletrodomésticos. Até dezembro, 383 mil famílias haviam contratado o crédito, mobilizando R\$ 1,9 bilhão e dinamizando a produção de móveis e eletrodomésticos e o comércio em todo o País.

Cabe destacar os vultosos investimentos que destinamos para realizar, em parceria com Estados e Municípios, obras que elevarão a qualidade do transporte coletivo em nossas cidades. Antes mesmo das manifestações de junho, quando a população se mobilizou por transporte seguro, rápido, confiável e com preço adequado, já havíamos destinado R\$ 93 bilhões em recursos da União e em financiamentos para obras de mobilidade urbana. Como uma de nossas respostas às manifestações, ampliamos em R\$ 50 bilhões o total destinado a investimentos nesta área. Importante destacar que desoneramos importantes tributos federais do transporte coletivo urbano para baratear o preço das passagens.

Até janeiro de 2014, já havíamos anunciado a maior parte das obras que receberão recursos do Governo Federal. Investiremos na construção de 2,8 mil km de transporte sobre pneus, 20,5 km de transporte fluvial e 603,3 km de trilhos.

Neste conjunto de investimentos, de especial relevância são aqueles que estamos fazendo para construir ou ampliar sistemas de metrô em nove grandes cidades – Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília. Serão 275 km de novos metrô, que terão papel central na reorganização do transporte coletivo dessas metrópoles, inclusive na implantação do tão demandado bilhete único.

Não faltarão recursos para estas obras, as quais esperamos que recebam, de Governadores e Prefeitos, prioridade em sua execução, para que possamos, em um período de tempo curto, atender à demanda de nossa população por melhores condições de transporte coletivo urbano.

Realizamos, em 2013, com sucesso, dois grandes eventos internacionais: a Copa das Confederações da Fifa Brasil 2013 e a Jornada Mundial da Juventude. Foram experiências importantes, cujo sucesso nos habilita a afirmar que a Copa do Mundo FIFA 2014 será a “Copa das Copas”. A Copa será o maior evento esportivo do planeta em 2014, e fortalecerá o Brasil como destino turístico. É uma das maiores oportunidades que teremos para mostrar a nossa cultura, a nossa hospitalidade, a nossa alegria, as nossas belezas naturais e o nosso povo.

Temos priorizado o desenvolvimento do esporte em nosso País, proporcionando aos nossos jovens auxílio financeiro para que possam se dedicar com afinco às modalidades esportivas. Nosso objetivo é que o Brasil, em 2016, figure entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos. Para isso, além dos investimentos na organização dos Jogos e na infraestrutura composta por equipamentos olímpicos, estamos implementando o Plano Brasil Medalhas 2016, que com investimentos de R\$ 1 bilhão alcançará 21 modalidades olímpicas e 15 paraolímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016. Além disso, Governo Federal vem cumprindo os compromissos assumidos com a ampliação de instalações esportivas. Além das quatro instalações sob nossa responsabilidade, com

valor estimado de R\$ 641 milhões, foram selecionados, em 2013, os 163 Municípios que irão receber 285 unidades dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) em todos os Estados e no Distrito Federal, com recursos de R\$ 967 milhões.

Continuaremos também oferecendo aos entes federados apoio e parceria no enfrentamento dos desafios da segurança pública. Daremos continuidade às ações do nosso Plano Estratégico de Fronteiras que, mobilizando o Ministério da Defesa e os órgãos do Ministério da Justiça em parceria com as forças estaduais de segurança, têm garantido um controle mais efetivo das nossas fronteiras. Entre 2011 e 2013, por meio das Operações Sentinela e Ágata, foram apreendidas 565 toneladas de drogas, mais de 2.600 armas de fogo e efetuadas quase 30 mil prisões. Com o enfrentamento ao tráfico de drogas e armas em nossas fronteiras, evitamos o fortalecimento do crime organizado no território nacional.

Disponibilizamos R\$ 1,1 bilhão, para que os Estados possam construir novos presídios, ampliando 47.419 novas vagas no sistema prisional estadual entre 2011 e 2014. A construção do quinto presídio federal, que ficará em Brasília, foi iniciada em dezembro de 2013. A Força Nacional de Segurança continuará, sempre que demandada pelos Estados e atendidos os pré-requisitos legais, a apoiar as forças estaduais de segurança, como o fez, desde 2011, em 78 operações em 21 Estados.

O cenário internacional esteve repleto de desafios em 2013, e não será diferente no ano que se inicia. Há fortes indícios de que estejamos assistindo ao início da recuperação da economia dos países desenvolvidos, mas é evidente que nenhum país pode enfrentar isoladamente a tarefa de reconstrução da economia mundial. Para tanto, é fundamental levar adiante – como vimos fazendo – a busca de acordos na esfera global. É imprescindível, igualmente, forjar uma governança internacional representativa e transparente, capaz de dar respostas coletivas e duradouras para os desafios do século XXI. Esse é o compromisso que o Brasil vai reafirmar em 2014.

Atuamos de forma consistente com este objetivo em 2013. A agenda de relações bilaterais, com parceiros em todos os continentes, desenvolvidos ou em desenvolvimento, foi ampla, e a participação nos organismos regionais e multilaterais foi ativa. O Brasil recebeu, entre visitas oficiais e reuniões de trabalho, os Presidentes de França, Uruguai, Egito, Argentina, Alemanha, Venezuela, Suriname, Bolívia, Paraguai, Conselho Europeu e Comissão Europeia, o Presidente do Governo da Federação da Rússia, o Primeiro-Ministro da Nova Zelândia e o Vice-Presidente dos Estados Unidos. Foram realizadas visitas de Estado a Portugal, África do Sul, Paraguai, Chile, Argentina, Venezuela, Peru, Etiópia, Guiné Equatorial, Nigéria, Itália e Vaticano. No centro de todas essas iniciativas esteve presente a preocupação de defesa do interesse nacional do Brasil e daqueles princípios que têm norteado a nossa política externa. Consolidamos e aprofundamos nossa presença em vários quadrantes do Globo, ampliando as possibilidades de cooperação em áreas como educação, ciência, tecnologia, inovação e direitos humanos e as oportunidades comerciais e de investimento para o Brasil.

Destaco, em especial, a participação no Jubileu de Ouro da União Africana. Na ocasião, foi definida a renegociação das dívidas de 12 países africanos em relação ao Brasil, assim como a criação de linhas de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para apoiar novos investimentos na África. Essa iniciativa – que teve a aprovação do Congresso Nacional – revelou-se fundamental para dinamizar nossas oportunidades de investimento no continente africano, assim como permitirá o fortalecimento de nosso comércio exterior.

As Cúpulas do Mercosul (Montevideo) e Unasul (Paramaribo) permitiram a reintegração do Paraguai aos dois grupos. O Brasil desempenhou ativo papel na busca de uma solução política negociada para o contencioso provisoriamente criado entre o Paraguai e o sistema multilateral sul-americano. Com os processos de associação da Guiana e do Suriname ao Mercosul, todos os países da América do Sul passam a se vincular ao Bloco, como Estados Partes ou como Associados.

Por ocasião da V Cúpula do Brics, em Durban, e da V Cúpula do G-20, em São Petersburgo, insistimos na prioridade para a geração de empregos e a promoção do crescimento econômico forte, sustentável e equilibrado; apoiamos iniciativas sobre cooperação tributária, que procuram coibir o recurso a paraísos fiscais; e cobramos a implementação urgente da reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2010, além de nova fórmula de cálculo de quotas e revisão geral de quotas.

As revelações de interceptação de comunicações eletrônicas e telefônicas de cidadãos, empresas e do Governo nos levaram a propor, em particular no âmbito das Nações Unidas, ações visando resguardar o respeito à soberania dos Estados na área de telecomunicações, o direito dos indivíduos à privacidade e o aperfeiçoamento da governança da Internet. Além de fazer desse tema o principal item da intervenção na abertura do debate geral da 48ª Assembleia Geral das Nações Unidas, apresentamos, em conjunto com a Alemanha, projeto de resolução sobre o direito à privacidade na era digital, que foi aprovado por

unanimidade no plenário da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi com grande senso de responsabilidade que o Brasil se colocou na vanguarda dessa luta internacional pela democracia e pelos valores democráticos.

Avançaremos, em 2014, na adoção de medidas que assegurem a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações de interesse do Estado brasileiro, em especial no que se refere à segurança cibernética. Continuaremos nossos esforços junto à ONU para manter o direito à privacidade e à confidencialidade das informações na Internet. O Brasil está comprometido com a manutenção da Internet como um território livre e neutro, que sirva aos grandes propósitos da paz, da aproximação dos povos e da livre circulação de informações.

Em 2014, participaremos de eventos de grande importância para a democratização das relações internacionais. Dois deles serão sediados no Brasil.

Sediaremos em São Paulo, em abril de 2014, a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, que reunirá representantes de governos, organizações internacionais, comunidades técnica, acadêmica, da sociedade civil e do setor privado.

O encontro que sediaremos em julho com os líderes da Rússia, Índia, China e África do Sul celebrará o início de novo ciclo de reuniões do Brics, após as cinco Cúpulas realizadas em cada um dos países-membros. Será o momento de avaliar as conquistas e planejar o futuro. O estabelecimento de um Banco de Desenvolvimento do Brics revela a preocupação em contribuir para a redução do hiato de financiamento para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no bloco e em outros países em desenvolvimento. O Arranjo Contingente de Reservas, no valor inicial de US\$ 100 bilhões, será uma linha adicional de defesa para nossas economias contra choques externos.

Reitero nosso compromisso com a continuidade da atuação em parceria não só com todas as esferas de governo, mas também com os poderes do Estado. Reafirmo também a determinação de seguir aprimorando a capacidade de gestão e a transparência do Estado brasileiro e incentivando o controle social e o acesso do cidadão às informações.

A gestão pública vem sendo feita de forma a combater cada vez com mais eficiência atos de corrupção, estimulando investimentos em prevenção, controle interno, correição e canais de denúncias e investigação. Em 2013 tivemos avanços importantes com a publicação de duas leis que visam à prevenção e ao combate à corrupção: a Lei de Conflito de Interesses e aquela que promove a responsabilização das pessoas jurídicas por atos contra a administração pública.

Com a crescente ampliação da transparência da gestão pública e com o grande fortalecimento das instituições de controle, como a Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União, os Tribunais de Contas e o Ministério Público, que hoje atuam com eficiência e desenvoltura, o Brasil está dando passos largos para mitigar o histórico problema da corrupção e do desvio de recursos públicos. O combate à corrupção é como o combate à inflação: exige compromisso de todos, Governo Federal, entes federados e sociedade, e demanda prazo para a sua consolidação e sedimentação. O Brasil está avançando e, com certeza, vencerá definitivamente mais esse desafio.

Reitero a importância da Reforma Política para que o Brasil realize plenamente tal desafio de forma mais rápida e completa. Temos, todos nós, de assumir o compromisso de responder às justas inquietações das ruas, que pedem uma renovação do sistema de representação democrática.

Quando a sociedade adquire consciência dos seus interesses, a força do entendimento mobiliza o recurso necessário à geração da riqueza que produz igualdade. E da justiça que universaliza direitos.

Juntos, temos a oportunidade histórica de garantir e ampliar a distribuição da riqueza produzida neste País. Que fortaleça a representação da vontade dos seus cidadãos. Que faça do Estado uma vitrine ética de transparência na alocação justa dos fundos públicos.

Reafirmo que o fim da miséria é somente um começo. O começo de um novo Brasil muito mais justo e muito mais forte. Ao liberar a força, antes contida do povo brasileiro, criamos um horizonte de novas fronteiras, de novas possibilidades a serem exploradas. O Brasil nunca será maior ou menor que o seu povo. Ao engrandecer e libertar nosso povo, engrandecemos e libertamos a Nação.

Todos esses compromissos que aqui mencionei assentam-se na melhoria do bem-estar de toda a população. É esse compromisso que vem criando um novo País, inclusivo, justo e forte, para todos os brasileiros. É sobre esse compromisso que temos de assentar nosso futuro.

Poder Executivo e Congresso Nacional atuaram de forma coerente com esse compromisso em 2013. Conclamo novamente as senhoras e os senhores Parlamentares a reafirmar uma forte parceria em favor do Brasil. Uma parceria em favor da democracia, da superação definitiva da miséria, e do desenvolvimento sustentável.

A partir do respeito à autonomia e independência dos Poderes e ao princípio federativo, trabalharemos em consonância com o Legislativo e o Judiciário, e em parceria com Governadores e Prefeitos, para continuarmos a desenvolver nosso novo País, aperfeiçoando nossas instituições e fortalecendo nossa democracia. Conto com o apoio desta Casa, que abriga os interesses legítimos do povo brasileiro, para continuarmos a construir, juntos, esse magnífico Brasil com que sempre sonhamos.

Dilma Rousseff

Presidenta da República.” (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Convido o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, a fazer a leitura da mensagem do Poder Judiciário e, em seguida, proceder a sua entrega ao Congresso Nacional.

O SR. MINISTRO JOAQUIM BARBOSA – Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; Exmo. Sr. Deputado Henrique Eduardo Alves, digno Presidente da Câmara dos Deputados, em nome de quem cumprimento os demais membros da Mesa Diretora destes trabalhos, é para mim uma grande honra retornar a esta Casa para transmitir a mensagem do Poder Judiciário ao Congresso Nacional, assim como trazer os relatórios de atividades do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Em 2013, a atuação do Conselho Nacional de Justiça foi marcada por diversas ações que buscaram conferir maior transparência e eficiência ao Poder Judiciário, com ênfase no combate à corrupção e no estabelecimento de regras voltadas à moralidade nos órgãos da administração pública.

Os resultados das metas de 2013 também apontam para a boa produtividade dos magistrados no ano que passou, com destaque para o julgamento dos processos mais antigos, resposta aos anseios da sociedade por um Poder Judiciário mais célere, o que se aprofundará, certamente, com a institucionalização do processo judicial eletrônico, consagrado já em resolução do Conselho Nacional de Justiça.

Já os mutirões carcerários realizados no ano de 2013 deram enfoque especial também aos presos provisórios, buscando otimizar a duração razoável do processo. Mas, com certeza, foi o relato da violência ocorrida em estabelecimentos prisionais que marcou a atuação do Conselho Nacional de Justiça, trazendo ao debate nacional a necessidade de se modificar esta realidade até então desconhecida pela maioria do povo brasileiro.

É por isso que, no ano de 2014, essas medidas terão prosseguimento em pelo menos seis novos Estados, bem como em outros seis complexos penitenciários com maior número de registros de violação de direitos humanos ocorrentes no País, além da especial atenção que será dada à questão socioeducativa, também um tema magno da prestação jurisdicional em nosso País, a fim de retratar e propor medidas para o aprimoramento do sistema penal e compartilhar com os demais Poderes da República a responsabilidade de cada um na construção de um País menos violento e mais solidário. O Supremo Tribunal Federal continuará a dar curso à sua missão primordial, que é a guarda da Constituição Federal.

Nesta sessão solene de abertura dos trabalhos da Sessão Legislativa de 2014, o Poder Judiciário congratula-se com o Congresso Nacional no contínuo diálogo e harmonia institucional entre os Poderes da República, que é uma das vigas mestras do nosso sistema de governo.

O Poder Judiciário deseja ao Congresso Nacional um ano de trabalho proveitoso e útil para o aprimoramento do Estado e da sociedade brasileira, avançando na construção de um País mais justo e mais igualitário para as gerações presentes e futuras.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Recebo agora das mãos do Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal a mensagem do Poder Judiciário. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Concedo a palavra ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Henrique Eduardo Alves. PMDB-RN) – Presidente do Congresso Nacional, Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, na pessoa de quem me permito saudar os tantos ilustres Senadores que prestigiam o evento desta tarde no Congresso Nacional; Exmo. Sr. Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Senador Aloizio Mercadante, na pessoa de quem me permito saudar os tantos Ministros que prestigiam esta Casa do Congresso Nacional; Presidente do Tribunal de Contas da União, Exmo. Sr. Ministro Augusto Nardes; Ministro de Estado Interino da Defesa e Comandante da Aeronáutica, Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Comandante da Marinha do Brasil, Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto; Comandante do Exército Brasileiro, Exmo. Sr. General de Exército Enzo Martins Peri; senhoras e senhores embaixadores e demais membros do corpo diplomático, Sras. e Srs. Parlamentares, meus senhores e minhas senhoras que nos assistem pela TV Câmara e pela TV Senado, quando falamos

ao povo brasileiro, a Câmara dos Deputados inicia o ano de 2014 com a dupla missão de complementar parte do trabalho realizado no ano passado e apreciar matérias que aguardam sua vez para ingressar na pauta de votações.

Enfrentaremos, sem dúvida, grandes desafios, num momento em que o Brasil estará sendo observado pela comunidade internacional, tanto por causa da Copa do Mundo, quanto por causa das transformações por que estamos passando como dos ajustes impostos pela nova e difícil conjuntura econômica.

O país do futuro, o país do futebol, o país do carnaval é também o país do pré-sal, o país da ascensão social e da luta contra a pobreza e a fome.

A Câmara dos Deputados estará pronta para absorver as demandas provenientes dos embates sociais e para produzir uma legislação que torne possível e verdadeiro o que há de expectativa, imaginação e sonhos.

Proposições importantíssimas foram votadas em 2013, meus senhores e minhas senhoras, e se transformaram em leis que ajudaram a fazer avançar a sociedade brasileira na direção desejada pela maioria dos cidadãos. Alguns temas, pela sua complexidade, demandaram negociação mais extensa e, por isso, ficaram para ser apreciados neste ano.

No ano passado, foram aprovados 232 projetos de lei, dos quais 32 foram votados em plenário e 200 receberam parecer conclusivo das Comissões Permanentes. Foram aprovados também 9 propostas de emenda à Constituição, 31 medidas provisórias, 26 projetos de decreto legislativo, 30 projetos de resolução e 5 projetos de lei complementar.

Algumas proposições se destacaram no conjunto das que foram aprovadas. Entre elas, Ministro Mercadante, a Lei dos Portos, que, depois de longa e trabalhosa negociação – só a Câmara dos Deputados, de maneira recorde e histórica, permaneceu 19 horas ininterruptas votando, num dia, e, para completar a votação, 25 horas no dia seguinte, para cumprir o seu dever com este País e com o povo brasileiro –, criou instrumento indispensável para a modernização de nossa infraestrutura, sem dúvida uma das prioridades para o crescimento econômico.

Promulgamos a PEC do Trabalhador Doméstico, que resgata os direitos e a dignidade de milhões de trabalhadores em nosso País, e também a PEC que transforma o transporte em direito social – vejo aqui a Deputada Luiza Erundina, autora desta PEC (*Palmas*) –, que será apreciada pelo Senado neste semestre.

Merecem destaque também o projeto de lei que definiu a aplicação dos recursos dos royalties de petróleo – o Ministro Mercadante foi um grande colaborador nessa luta e nessa vitória para a educação e a saúde —; a MP do Programa Mais Médicos – aqui fazemos uma homenagem ao Ex-Ministro Alexandre Padilha por sua luta obcecada e competente por esse programa, que se tornou uma realidade neste País —; a PEC que instituiu o voto aberto para julgamento de cassação de mandato de Parlamentar e apreciação de vetos presidenciais; e o Estatuto da Juventude.

No caso dos vetos, tivemos, no ano passado, mudança histórica, pois finalmente o Congresso Nacional assume, como é do seu dever, a última palavra na aprovação das leis, prerrogativa que havia sido atropelada pela não apreciação desses vetos por muitos anos.

Além disso, tivemos aprovado o texto-base do novo Código de Processo Civil, que representou avanço muito importante, Ministro Joaquim Barbosa, para a modernização da Justiça, tema recorrente nas queixas legítimas da população quanto à ineficiência dos serviços públicos. Agora, em fevereiro, deveremos concluir a votação de alguns itens polêmicos no corpo do novo Código.

Este ano de 2014 se inicia com a expectativa de que possamos chegar a termo na discussão e votação de alguns temas muito importantes, para os quais chamo a atenção da sociedade brasileira, entre os quais, e principalmente – dever intransferível desta Casa –, a reforma política, o marco regulatório da mineração, o Marco Civil da Internet e a PEC do Orçamento Impositivo, uma exigência respeitosa desta Casa e deste Parlamento.

Nos casos da mineração e da Internet, estaremos diante de assuntos complexos e polêmicos, que, por isso mesmo, exigem negociação mais cuidadosa. São dois aspectos igualmente importantes para a definição dos padrões de desenvolvimento que queremos para o País e para o legado que deixaremos para as futuras gerações. E aqui registro o empenho da Presidenta Dilma Rousseff para que esta Casa aprecie esta matéria o quanto antes.

A reforma política é tema altamente sensível, que já no ano passado produziu diferenças entre o Legislativo e o Judiciário e que, por isso mesmo, deve ser tratado a partir de definições claras sobre o funcionamento do sistema eleitoral, com uma metodologia respeitosa e harmônica desta Casa com o Poder Judiciário, Presidente Joaquim Barbosa.

No geral, finalizamos 2013 como um ano altamente produtivo, com qualidade, e começamos 2014 com a convicção de que saberemos dar à sociedade respostas para os anseios que se renovam, motivados, inclusive, pelo próprio crescimento do País.

Abro aqui um parêntese pelo pleito legítimo e justo do Deputado Paulo Teixeira para que possamos votar o projeto sobre o auto de resistência, um tema recorrente, que esta Casa precisa definir, com muita justiça, Deputado Paulo Teixeira. (*Palmas.*)

No ano passado, celebramos os 25 anos da Constituição Federal. Foi um marco histórico, que, de certa forma, encerra um ciclo no processo de aperfeiçoamento democrático em que estamos envolvidos.

É natural que, à medida que avançamos e conquistamos novos níveis de liberdade e de prosperidade, a sociedade olhe para frente e almeje avançar ainda mais. Quando cresce o nível de renda e as pessoas têm acesso a padrões de vida mais altos, o Estado se torna mais transparente, mais permeável às críticas e demandas dos cidadãos. Aí é de se esperar que as pessoas passem a cobrar maior participação, melhores serviços públicos e leis mais ágeis e atualizadas.

As manifestações populares não nos constroem. Ao contrário, elas continuam sendo a motivação essencial, de forma ordeira, pacífica e respeitosa, para que continuemos em busca das melhores soluções para os problemas que o País enfrenta.

Devemos, por um lado, responder com a rapidez que a urgência dos problemas exige, e, por outro lado, com a responsabilidade de amadurecer sempre as decisões para evitar soluções imediatistas, demagógicas, que logo precisarão ser emendadas.

Essa é a tarefa que cabe precipuamente a nós, Poder Legislativo, na qualidade de legítimos representantes da sociedade, no dever de fazer as leis e exercer a fiscalização do poder público, em estreita harmonia com os demais Poderes da República.

Mais do nunca, meus senhores e minhas senhoras, Parlamentares, faz-se necessária a construção de um entendimento com o Poder Judiciário e com o Poder Executivo na busca de medidas e soluções para um País que ainda tem muito a crescer.

Não há dúvida de que o Brasil avançou muito desde a redemocratização. A urbanização intensa, associada à expansão acelerada dos meios de comunicação, criou oportunidades nunca imaginadas por nenhum de nós.

Neste momento palpitante da nossa história, dou as boas-vindas aos Parlamentares, com a certeza de que juntos teremos sabedoria para mudar o que deve ser mudado e sonhar o que pode ser sonhado.

Eu peço licença aos meus companheiros, apenas por alguns minutos, para uma improvisação, mais pelo tempo de convivência nesta Casa do que pela sabedoria.

Toda vez que esta Casa, de forma injusta, é cobrada... E eu tenho visto nos últimos dias, de forma indevida e insistente, uma cobrança a esta Casa como se ela estivesse preparando pautas-bombas aqui ou acolá.

Como Parlamentar há 42 anos nesta Casa, conhecendo o seu conceito, o seu espírito, a sua história, a sua tradição, eu não posso aceitar calado que se queira imputar a este Legislativo o espírito de armar pautas-bombas – nunca foi a história desta Casa. Pelo contrário, num passado mais antigo ou mais recente, as bombas se armavam lá fora e aqui eram desarmadas. Quando este País se inquietava, se afligia, quando este País perdia alento e esperança, segurança e paz, era esta Casa, de portas abertas, que fazia renascer a segurança, a paz, a esperança e o sonho a ser sonhado. (*Palmas.*)

Esta Casa eu conheço muito bem. E falo aqui de todos os Srs. Líderes e Deputados. Todas as bancadas – a começar pela maior, a do PT, passando pelas médias e pequenas – comportaram-se e comportam-se, não apenas hoje, com a nossa Presidência, mas com as Presidências dos Deputados Marco Maia, Arlindo Chinaglia, Michel Temer, Aldo Rebelo, de todos os outros, com absoluto senso de responsabilidade.

Este verbo “armar” está equivocado, é injusto com este Parlamento. Deveria ser mudado para “desarmar”. Esta Casa não vai permitir, num ano eleitoral, que suas decisões sejam guiadas pelo clima eleitoral. Pelo contrário, o que nós precisamos mostrar neste ano, para que possamos, aí, sim, ir ao clima eleitoral para sermos julgados, é maturidade, é responsabilidade, é serenidade, é consciência, é compromisso com um País que nós queremos cada vez mais democrático e forte.

Portanto, quero aqui registrar que esta Casa – e eu falo agora ao povo brasileiro, pedindo permissão a cada Sra. Deputada, a cada Sr. Deputado de todos os partidos – jamais armaria bombas ou pautas-bombas para qualquer matéria. O debate nesta Casa, a discussão neste plenário não é para armar, é para desarmar, para trazer aqui o tema, a aflição, o desespero, a esperança, o sonho, a cidadania, os direitos de cada cidadão brasileiro.

Portanto, é com este espírito que quero aqui reafirmar aos demais Poderes, na harmonia e no respeito, e ao povo brasileiro, que esta Casa tem absoluta consciência do seu dever institucional, sabe dos seus direitos para exercê-los e sabe do seu dever para cumpri-lo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-RN) – Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa; Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante; Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente do Congresso

Nacional, Deputado Andre Vargas; Exma. Sra. 2ª Secretária do Congresso Nacional, Senadora Angela Portela; Exmo. Sr. 4º Secretário do Congresso Nacional, Senador João Vicente Claudino; Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Jorge Viana; Exmo. Sr. 2º Secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Simão Sessim; Exma. Sra. Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Senadora Ideli Salvatti; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes; Exmo. Sr. Ministro de Estado Interino da Defesa e Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, César Borges; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves Filho; Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams; Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Afif Domingos; Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil; Exmo. Sr. General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército Brasileiro; Exmas. Sras. e Srs. Embaixadores; Exmo. Sr. Presidente Senador José Sarney, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os Senadores presentes; Exmos. Srs. Deputados Federais; senhoras e senhores convidados, o Congresso Nacional é uma instituição aberta, permeável e sensível à sociedade brasileira. Por esse motivo, vem passando por transformações exigidas pelos novos tempos.

Em 2013, como todos acompanham, reduzimos substancialmente nossos gastos com pessoal, custeio e investimentos, sem prejuízo da rotina das Casas, demonstração de que é possível fazer mais com menos, ou seja, alcançamos uma maior produção legislativa associada à contenção de despesas internas.

Senhoras e senhores, o Congresso Nacional, por ser transparente, aberto ao controle público, precisa fazer e sempre reafirmar o que fez. Por isso, relevem uma sintética, uma rápida compilação do que foi feito pelo Congresso Nacional: eliminamos o 14º e o 15º salários dos Parlamentares e aplicamos o acórdão do Tribunal de Contas da União determinando o cumprimento do teto salarial estabelecido pela Constituição nas duas Casas do Congresso Nacional; aprovamos também um novo rito para apreciação de vetos, que deixaram de ser entulhos legislativos, e o orçamento impositivo, que destinará mais recursos para a área de saúde, temas que contaram com o empenho pessoal e liderança política do Presidente da Câmara dos Deputados, meu amigo Henrique Eduardo Alves.

O Congresso Nacional também reviu a decisão da Justiça quanto ao quantitativo das bancadas federais. Na corte constitucional, prevaleceu a visão deste Congresso de que não é possível controle constitucional prévio, decisão pela qual aproveito para parabenizar o Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que muito honra o Judiciário brasileiro.

As mudanças estão ocorrendo cada uma a seu tempo e a seu modo, respeitando as especificidades de cada Casa do Legislativo.

Mais especificamente no Senado Federal, que tenho a honra de presidir, foram extintas 630 funções comissionadas, o que corresponde a cerca de 30% do total. Implementamos a jornada corrida de 7 horas, alteração que resultou em maior disponibilidade de servidores e maior eficiência na prestação de serviços. Foram adicionadas 50 mil horas à jornada anual, evitando novas contratações. Promovemos a extinção de cargos, diretorias, secretarias, e fundimos estruturas administrativas, como INTERLEGIS, UNILEGIS e ILB.

Dando continuidade ao muito que foi feito pelo Presidente José Sarney, sete contratos de terceirização sofreram redução de valores e outros dois foram completamente extintos. No total, ocorreu a redução de 25% dos terceirizados contratados pelo Senado Federal. Os contratos emergenciais foram proibidos e os gastos com material de consumo, como combustíveis, material de expediente, entre outros, foram reduzidos.

Eliminamos privilégios. Os profissionais do Serviço Médico do Senado Federal passaram a atender a toda a população no SUS, e o mesmo ocorreu com os equipamentos hospitalares.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a instituição, como todos sabem, tem um histórico de imperfeições que se acumularam ao longo dos anos. As contradições internas são objeto do noticiário, porque somos absolutamente transparentes. O controle social nos ajuda a corrigir equívocos, a sanar vícios e a aperfeiçoar eventuais distorções.

Por essa razão, ampliamos os canais de comunicação com a sociedade, através do portal do Congresso Nacional, do portal das Comissões, do Banco de Dados Socioeconômicos, e abrimos a possibilidade de a sociedade votar sobre projetos que tramitam na Casa.

Internamente, adotamos medidas a fim de fortalecer a instituição, como as sessões temáticas, a obrigatoriedade de os dirigentes de agências reguladoras, Ministros das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça prestarem contas anuais ao Senado Federal.

A partir deste ano, o Congresso Nacional vai avaliar o Sistema Tributário Nacional e as políticas públicas, o que será feito pelas Comissões Permanentes do Senado.

Fizemos em 2013 revisões históricas e devolvemos mandatos retirados ilegalmente de Luís Carlos Prestes e do Presidente João Goulart, no ano dos 25 anos da nossa Constituição Federal.

Em busca de novas e modernas leis, foram instaladas Comissões de alto nível, destinadas a subsidiar o Congresso Nacional em futuras deliberações. Entre elas, destacam-se a da consolidação das leis e da regulamentação da Constituição, a da modernização da Lei de Execução Penal, a da atualização da Lei de Arbitragem, a da Lei de Mediação, já aprovada pelo Senado, inovação fundamental para desafogar o Judiciário, a do Código Comercial, a do Código Penal e a da Lei de Licitações. Algumas delas, à exceção da Lei de Mediação, sofreram desgastes e, como todos sabem, precisam ser atualizadas.

No campo legislativo, tivemos um ano muito produtivo. Do total de leis aprovadas, Presidente Henrique Eduardo Alves, a maioria, 53%, foi de propostas nascidas no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados.

Demonstrou-se que o Congresso Nacional é capaz de reunir maiorias para propor políticas públicas de maneira autônoma. Mais do que quantidade, releve-se a qualidade das leis aprovadas, sejam elas de iniciativa do Congresso Nacional ou da Presidência da República.

Igualamos direitos ao aprovar a lei que estendeu aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos direitos trabalhistas.

O mesmo ocorreu com o Estatuto da Juventude, o projeto que obriga a reconstituição de mama pelo Sistema Único de Saúde, a transparência no ECAD, a PEC da Música, a regulamentação da profissão de vaqueiro, o direito de transmissão dos taxistas, a análise dos vetos em 30 dias, os financiamentos da saúde – 106 milhões na LOA, 25% dos royalties e 50% das emendas individuais –, os royalties de petróleo para educação, a ampliação das votações abertas, que promulgamos imediatamente, e a aposentadoria especial para pessoas deficientes, originada também no Senado Federal.

Também aprovamos a responsabilização da pessoa jurídica que auferir vantagem com corrupção; o ato médico, fixando quais atribuições são privativas desses profissionais de saúde; a Defensoria Pública; a lei que define organização criminosa, que no Brasil não tinha tratamento adequado; o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; a renegociação de dívidas de agricultores do Semiárido; a anistia para policiais e bombeiros militares; a desoneração de setores estratégicos, como, por exemplo, a produção e comercialização de álcool; os serviços de transporte coletivo municipal de passageiros, zerando alíquotas do PIS/PASEP e COFINS; a subvenção aos plantadores da cana-de-açúcar e ao etanol; e a regulamentação do permissionário lotérico, entre tantas outras.

O Brasil está mudando e as instituições que não captarem este novo momento correm o risco de perder credibilidade. Estamos fazendo nossa parte, mudando leis e também as práticas internas.

Aprovamos mais de 40 propostas em menos de 20 dias, dando respostas, como disse aqui o Presidente da Câmara dos Deputados, às demandas das ruas, às demandas da sociedade. Algumas tramitam, como todos sabem, ainda no Parlamento, que tenho certeza, absoluta certeza, haverá de priorizá-las neste ano.

Entre elas, o Código de Proteção do Usuário do Serviço Público; a alteração do rito de tramitação das medidas provisórias; a partilha com os Estados e Municípios dos impostos do comércio eletrônico; o Fundo de Vítimas de Homicídio; o agravamento dos crimes de corrupção, tornando-os hediondos; o SIMPLES para advogados; a Ficha Limpa para servidores dos três Poderes, já implementada por resolução no Senado Federal; a vedação a que cônjuge ou parente possa ser suplente de Senador e redução para apenas um suplente; a facilitação do exercício da iniciativa popular; o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, para desonerar o custo do transporte coletivo; a eliminação da aposentadoria como pena disciplinar para juízes e promotores condenados por corrupção ou por outros crimes; a perda automática do mandato de Parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou crime contra a administração pública por decisão transitada em julgado; o direito de resposta; a Defensoria Pública; a ampliação de cobertura pelos planos de saúde; a responsabilização de pessoas jurídicas envolvidas em corrupção; e o combate à tortura, entre tantas outras propostas.

Quero conclamar todos, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, a redobarmos nossos esforços a fim de manter, neste ano de 2014, o mesmo empenho e vigor legislativo de 2013, ao qual acabo de me referir.

Temos, como todos sabem, desafios concretos pela frente e seria temerário precipitarmos a tensão pré-eleitoral em prejuízo dos trabalhos do Legislativo, especialmente em um ano atípico como este, com Copa do Mundo no Brasil e eleições. É um ano em que a palavra de ordem terá que ser de moderação e comedimento com os recursos, notadamente com os recursos públicos.

Portanto, estas Casas devem priorizar, sem dúvida – isso aqui foi dito muito bem pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves –, a agenda legislativa, já que temos, como todos sabem, uma pauta eminentemente política no segundo semestre, em razão das eleições.

Amparando-me em um termo dos dias atuais, vamos priorizar o rolezinho legislativo, em vez dos rolezinhos políticos, e sem descambar para a irresponsabilidade fiscal.

Temos que concluir a votação do projeto que institui o Plano Nacional de Educação, com avanços e financiamentos para o setor, a proposta de fim do trabalho escravo e a do refinanciamento das dívidas dos Estados e Municípios, com a troca do indexador, principal fonte de angústia dos Estados e Municípios brasileiros.

A nova Lei das Licitações, que busca simplificação, celeridade e o fim da tomada de preços, cartas-convite e alarga a adoção do pregão eletrônico, também está na ordem do dia, bem como a nova Lei de Execuções Penais, tema tão candente quanto urgente.

Igualmente urgentes são as votações do novo Código Comercial, para reduzir a burocracia e dar agilidade às transações comerciais; da nova Lei de Arbitragem e de Mediação; e a modernização do Código de Defesa do Consumidor, para ampliar a garantia dos consumidores, o elo mais frágil nas relações de consumo.

Reitero que este Congresso Nacional continua devendo ao País uma reforma política digna do nome. A reforma política, eu já disse aqui e queria repetir, é o que podemos chamar de unanimidade estática – todos são favoráveis, mas ela não deslancha no Congresso Nacional. Poderíamos, portanto, aproveitar a eleição de 2014 para ouvir, sim, a população brasileira.

A reforma política no Brasil só será realidade se acompanhada da chancela social, seja por meio de plebiscito ou de referendo, como defendeu corretamente a Presidente da República, Dilma Rousseff, hoje aqui representada pelo novo Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que tantas contribuições deu a este País como Senador e Ministro da Educação, o que agora se repetirá, não tenho nenhuma dúvida, na Casa Civil da Presidência da República.

Agradeço a todos pelas honrosas presenças e, cumprida a finalidade da sessão, agradeço às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com o seu comparecimento.

Antes de encerrar a sessão, eu queria mais uma vez agradecer à Banda de Música da Base Aérea de Brasília por sua participação na execução do Hino Nacional nesta sessão solene do Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB-AL) – Declaro encerrados os trabalhos.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 12 minutos.)

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**

(Resolução nº 1/2006-CN)

Processado referente à composição de 2013: OFN nº 11/2013

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²**COMPOSIÇÃO ³**

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA) ⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE) ⁸
2º Vice-Presidente: ^{8 e 9}
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP) ⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
^{7 e 9}	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT) ¹⁰
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

9- O Senador Francisco Dornelles deixa de integrar a Comissão, em 8-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 210 de 2013, da Liderança Bloco Parlamentar da Maioria, e 157 de 2013, do Líder do PP, no Senado Federal.

10- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Gera Arruda (PMDB/CE) ^{7 e 12}
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Priante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3. Nelson Padovani (PSC/PR) ¹⁴
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Marcos Montes (PSD/MG) ¹³	1. Ademir Camilo (PROS/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Walter Ioshio (PSD/SP) ¹³
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ¹¹	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. Oziel Oliveira (PDT/BA) ¹⁰
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Edmar Arruda (PSC/PR) ⁹
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.

3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.

4- Designados os Deputados José Priante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.

6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.

7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.

8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

9- Designado o Deputado Edmar Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ricardo Arruda, em 16-8-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 258, de 2013, da Liderança do PSC.

10- Designado o Deputado Oziel Oliveira, como membro suplente, em substituição ao Deputado João Dado, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 477, de 2013, da Liderança do PDT.

11- Designado o Deputado Giovani Cherini, como membro titular, em substituição ao Deputado Sebastião Bala Rocha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 478, de 2013, da Liderança do PDT.

12- Designado o Deputado Gera Arruda, como membro suplente, em substituição ao Deputado Genecias Noronha, em 10-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.228, de 2013, da Liderança do PMDB.

13- Designados como membro titular, o Deputado Marcos Montes, em substituição ao Deputado Armando Vergílio; e, como membro suplente, o Deputado Walter Ihoshi, em substituição ao Deputado Homero Pereira, em 24-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.512, de 2013, da Liderança do PSD.

14- Designado o Deputado Nelson Padovani (PSC/PR), como membro suplente, em 27-11-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.121/2013, da Liderança do PSDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Moraes (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PSOL	Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)
PSDB	Lúcia Vânia (PSDB/GO)
PT	Anibal Diniz (PT/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PSD	Ademir Camilo (PROS/MG)
PP	Carlos Magno (PP/RO)
PSDB	Domingos Sávio (PSDB/MG)
DEM	Efraim Filho (DEM/PB)
PT	Iriny Lopes (PT/ES)
DEM	Mandetta (DEM/MS)
PMDB	Rose de Freitas (PMDB/ES)
PDT	Sebastião Bala Rocha (SDD/AP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PP	Ivo Cassol (PP/RO)
PSC	Eduardo Amorim (PSC/SE)
PCdoB	Inácio Arruda (PCdoB/CE)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Ricardo Berzoini (PT/SP)
PMDB	Pedro Novais (PMDB/MA)
PSB	Severino Ninho (PSB/PE)
PSD	Júlio Cesar (PSD/PI)
PDT	Weverton Rocha (PDT/MA)
PSC	Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	Evandro Milhomen (PCdoB/AP)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Afonso Florence (PT/BA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Casildo Maldaner (PMDB/SC)
PTB	João Vicente Claudino (PTB/PI)
PSB	Lídice da Mata (PSB/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	José Airtton (PT/CE)
PMDB	Leonardo Quintão (PMDB/MG)
PR	José Rocha (PR/BA)
PSD	Armando Vergílio (PSD/GO)
PSB	Gonzaga Patriota (PSB/PE)
PTdoB	Lourival Mendes (PTdoB/MA)
PT	Afonso Florence (PT/BA)
PSDB	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
DEM	Wilder Moraes (DEM/GO)
PT	Walter Pinheiro (PT/BA)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Zezéu Ribeiro (PT/BA)
PMDB	José Priante (PMDB/PA)
PR	Wellington Roberto (PR/PB)
PV	Fábio Ramalho (PV/MG)
PPS	Sandro Alex (PPS/PR)
PTB	Alex Canziani (PTB/PR)
PSD	1
PP	Roberto Teixeira (PP/PE)

Notas:

1- Vago em virtude da vacância do mandato do Deputado Homero Pereira, em 1º-10-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2.291/2013/SGM/P, do Presidente da Câmara dos Deputados.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. ^{6, 10, 28, 30, 31 e 32}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{6 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.

21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.

24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.

25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.

26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).

27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.

28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança dos Democratas – DEM.

29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

30- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

31- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

32- - Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Colbet Martins (PMDB/BA) ^{2 e 22}
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 20}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 20}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 21}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 21}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. 2, 12 e 18
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.

3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.

4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.

5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.

7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.

8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.

11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.

12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.

13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.

14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.

17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.

18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

20- Em 22-5-2013 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

21- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

22- Designado o Deputado Colbert Martins, como membro suplente, em substituição ao Deputado Celso Maldaner, em 9-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 634, de 2013, da Liderança do PMDB.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR DAS AMÉRICAS – FIPA

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. ^{3, 6, 7 e 8}
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

6- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.

7- Designado o Senador Osvaldo Sobrinho, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 19-9-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força e dos Democratas.

8- Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 13-1-2014.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)
(Resolução nº 2, de 2013-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Nelson Pellegrino ⁴

Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) ¹
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE) ²
<u>LÍDER DA MINORIA</u> NILSON LEITÃO (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> MÁRIO COUTO (PSDB-PA) ³
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MAIORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u>
<u>DEPUTADO INDICADO PELA LIDERANÇA DA MINORIA</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u>
<u>DEPUTADO INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u>	<u>SENADOR INDICADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u>

Atualizada em 05.12.2013)

Notas:

1- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

2- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

3- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258
E-mail: scop@senado.gov.br
Endereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofícios nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofícios nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofícios nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela (PMDB/GO) ¹	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) ¹
Luiz Pitiman (PSDB/DF) ¹	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto (PP/BA) ¹	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) ¹
DEM	
Augusto Coutinho (SDD/PE) ¹	1. João Bittar (DEM/MG) ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho (SDD/DF) ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Prazo Final: 11-5-2013

Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Prazo Final Prorrogado: 9-9-2013 ³

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013 ⁴

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
- 2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.
- 3- Nos termos no Ato Conjunto nº 6, de 16 de julho de 2013.
- 4- Nos termos no Ato Conjunto nº 8, de 9 de setembro de 2013.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013, DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Prazo Final: 30-9-2013⁴

Prazo Final Prorrogado: 23-12-2013⁶

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes ⁷
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS) ⁹
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Moreira Mendes (PSD/RO) ¹⁰
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Esperidião Amin (PP/SC) ¹²
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
Miro Teixeira (PDT/RJ)	
João Maia (PR/RN) ^{5 e 9}	

Senado Federal

Titulares	Suplentes ⁷
Romero Jucá (PMDB/RR)	Kátia Abreu (PMDB/TO) ^{7 e 8}
Vital do Rêgo (PMDB/PB)	Waldemir Moka (PMDB/MS) ⁷
Walter Pinheiro (PT/BA) ¹²	Ruben Figueiró (PSDB/MS) ¹¹
Pedro Taques (PDT/MT)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	
Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)	
Ana Amélia (PP/RS) ^{5 e 7}	

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

4 - Prazo recontado em virtude do disposto no § 2º do art. 57 da Constituição Federal.

5 - Acrescentado um membro do Senado Federal e um membro da Câmara dos Deputados, nos termos do Ato Conjunto nº 7, de 2013.

6 - Nos termos do Ato Conjunto nº 9, de 26 de setembro de 2013.

7 - Nos termos do Ato Conjunto nº 10, de 26 de setembro de 2013, ficam criadas vagas de suplentes na Comissão Mista criada pelo Ato Conjunto nº 2, de 2013, bem como fica designada a Senadora Ana Amélia, como membro titular, em vaga existente, e, como membros suplentes, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Waldemir Moka.

8 - Em 8-10-2013, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Partido da Social Democrático- PSD, e filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, conforme Ofício nº 0800/2013 – GSKAAB.

9 - Nos termos do Ato Conjunto nº 11, de 22 de outubro de 2013 (DSF 22-10-2013), ficam designados os Deputados João Maia, como membro titular, e Reinaldo Azambuja, como membro suplente.

10 - Nos termos do Ato Conjunto nº 12, de 5 de novembro de 2013 (DSF 6-11-2013), fica designado o Deputado Moreira Mendes, como membro suplente.

11 - Nos termos do Ato Conjunto nº 13, de 13 de novembro de 2013 (DSF 13-11-2013), fica designado o Senador Ruben Figueiró, como membro suplente.

12 - Nos termos do Ato Conjunto nº 14, de 3 de dezembro de 2013 (DSF 3-12-2013), ficam designados o Deputado Esperidião Amin, como membro suplente, e o Senador Walter Pinheiro, como membro titular, em substituição ao Senador Jorge Viana.

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL(13 titulares e 13 suplentes)¹

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA**²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS**

Aprovada na 3ª Reunião do CCS, realizada em 06.05.2013

I. COMISSÃO DE MARCO LEGAL E REGULATÓRIO DO SETOR DAS COMUNICAÇÕES**Coordenador:** Miguel Angelo Cançado.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
13. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
14. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
15. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

II. COMISSÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Coordenador:** Ronaldo Lemos.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**III. COMISSÃO DE CONTEÚDOS EM MEIOS DE COMUNICAÇÃO**

Coordenador: José Catarino do Nascimento.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
10. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
11. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
12. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
13. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
14. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
15. Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
16. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
17. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
18. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
19. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
20. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

IV. COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Coordenador: Alexandre Krueel Jobim.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Krueel Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Luiz Antonio Gerace (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
16. Wrana Panizzi (Representante da sociedade civil)
17. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

Coordenador: Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima²**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer²**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	IARA BERNARDI
FERNANDO MARRONI	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
PMDB	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
PSDB	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO ^{3, 10}
EDUARDO AZEREDO	
Vago ^{4, 11 E 12}	
PSD	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
PP	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
PR	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
PSB	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
VAGO ⁶	LEOPOLDO MEYER
DEM	
JÚLIO CAMPOS	
PDT	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
PTB	
PAES LANDIM	JORGE CORTE REAL
BLOCO PV / PPS	
ROBERTO FREIRE	ANTÔNIO ROBERTO
PSC	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
PCDOB	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
PRB	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
PTDOB	
LUIS TIBÉ	

Senadores

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
PEDRO SIMON	CASILDO MALDANER
ROBERTO REQUIÃO	VALDIR RAUPP
ANA AMÉLIA	GIM ⁶
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
EDUARDO SUPLICY	ACIR GURGACZ ⁵
PAULO PAIM	INÁCIO ARRUDA
ANTONIO CARLOS VALADARES ⁵	HUMBERTO COSTA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
PAULO BAUER	CÁSSIO CUNHA LIMA
WILDER MORAIS	JAYME CAMPOS ⁷
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
ALFREDO NASCIMENTO	FERNANDO COLLOR
LUIZ HENRIQUE ⁹	EDUARDO AMORIM

(Atualizada em 20.12.2013)

- 1- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.
- 2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.
- 3- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.
- 4- Vago em virtude de o Deputado Walter Feldman ter comunicado seu desligamento, conforme Of. Nº 759/2013-PSDB.
- 5- Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.
- 6- A Dep. Luiza Erundina renunciou ao mandato de membro titular da vaga ocupada pelo PSB, conforme Of. B/156/13, datado de 21.08.2013, lido na sessão do Senado Federal de 22.08.2013.
- 7- O Senador Jayme Campos licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 132 dias, a partir de 13-9-2013, conforme o Requerimento nº 1.047, de 2013, aprovado na Sessão do Senado Federal de 10-9-2013.
- 8- O Senador Gim foi designado para ocupar a vaga de suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios GLPMDB nºs 260 e 265/2013, e Of. Nº 168/2013-BLUFOR, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 9- O Senador Luiz Henrique foi designado para ocupar a vaga de titular do Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL), em 26.09.2013, nos termos dos Ofícios nºs 167/2013- BLUFOR e Of. GLPMDB nº 266/2013, lidos na sessão do Senado Federal da mesma data.
- 10- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 58, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro suplente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 11- Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 59, de 07.11.2013, para ocupar a vaga de membro titular do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.
- 12- Vago em virtude do Deputado Luiz Carlos Hauly ter solicitado o seu afastamento, conforme OF. GAB. Nº 018/2013 - PSDB.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercotel

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: Deputado Ruben Martinez Huelmo (Uruguai)
Vice-Presidente: Senadora Beatriz Rojkes de Alperovich (Argentina)
Vice-Presidente: Senador Roberto Requião (Brasil)
Vice-Presidente: Senador Tomás Enrique Bittar Navaro (Paraguai)

Designação: 02.12.2013

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercotel

Edição de hoje: 50 páginas

(OS: 10155/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

